



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

### **ATA Nº 2/2012**

#### **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 17 DE MARÇO DE 2012**

#### **ASSEMBLEIA TEMÁTICA**

#### **REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA**

----- Aos dezassete dias do mês de Março do ano dois mil e doze, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Maria Eugénia de Jesus Reis, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela sua Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Moraes. Assistiram também à presente reunião os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Sara Maria Carapito Silva Fragoso, Nuno Leal Santos da Veiga Malta, Carlos Alberto Nazaré Almeida e Ana Cristina Lobato Pinto de Fróis de Figueiredo. -----

#### **JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS** -----

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas dos Senhores Deputados Mário Luís Nogueira Ramos, Rui Miguel da Costa e Silva, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira e Carla Maria Pires Rodrigues, procedendo-se às respetivas substituições. -----

----- Pelas catorze horas e trinta minutos e verificando-se a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

#### **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Antes de formalmente dar início aos trabalhos convidou os Senhores Deputados Municipais a solidarizarem-se, de pé, num minuto de silêncio em homenagem ao Senhor Marcolino Sequeira Nobre, falecido no passado dia cinco e que foi Presidente desta Assembleia Municipal. -----

----- Foi, neste momento, feito um minuto de silêncio. -----

----- Iniciou os trabalhos informando que estando esta assembleia perante um figurino diferente do habitual, por se tratar de uma assembleia temática, não haverá lugar ao período prévio e ao período antes da ordem do dia e que será de imediato dado início à ordem de trabalhos. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Informou ainda que esta Assembleia foi pedida pelo conjunto dos Grupos Parlamentares, na sequência de uma recomendação aprovada numa anterior Assembleia Municipal e o figurino desta sessão foi sugerido à Mesa, e aceite, pelo conjunto dos Grupos Parlamentares, sendo a ordem de trabalhos apenas e tão só a seguinte: -----

----- Reorganização Administrativa Territorial Autárquica com incidência no Concelho de Rio Maior -----

----- Deu conhecimento que o formato da Assembleia é o seguinte: -----

----- 1. Intervenção inicial da Câmara Municipal num limite de vinte minutos; -----

----- 2. Intervenção de cada Grupo Municipal num limite de vinte minutos para cada grupo; -----

----- 3. Abertura de discussão e debate entre os grupos com assento na Assembleia Municipal por um período de sessenta minutos; -----

----- 4. Intervenção do Público limitada à expressão de opinião, sem possibilidade de diálogo, num limite máximo de trinta minutos. Caberá à Mesa a distribuição do tempo por orador de acordo com o número de inscritos e que as inscrições deverão ser feitas logo que terminado o período de discussão e debate com assento na Assembleia Municipal, não sendo admitidas inscrições posteriores; -----

----- 5. Intervenção da Mesa e encerramento dos trabalhos. -----

----- Deu ainda nota de que para o debate entre os diversos grupos municipais, para o qual não ficou definido qualquer formato, foram por deliberação da Mesa, o que se julga será aceite por todos os deputados, definidos três períodos dentro dos sessenta minutos: um período inicial de vinte e cinco minutos, em que os deputados se inscreverão e o tempo será distribuído de forma igual entre todos aqueles que se inscreverem; um segundo período de vinte minutos em que se aplicará o mesmo critério de distribuição do tempo e onde poderão ocorrer respostas a intervenções anteriores; e finalmente um terceiro período de quinze minutos com o mesmo formato.

----- Fez ainda uma advertência ao público dizendo que gostaria que ficasse claro que a intervenção do público é uma intervenção diferente, não havendo interpelações nem pedidos de informações, nem exposições de problemas particulares ou coletivos à Câmara ou à Assembleia Municipal, sendo este período limitado a expressarem a opinião pessoal exclusivamente sobre a reorganização administrativa territorial autárquica com incidência no concelho de Rio Maior. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Foi então dado início formal aos trabalhos com a intervenção da Câmara Municipal na pessoa da sua Presidente. -----

----- Todas as intervenções serão transcritas na íntegra. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos a toda a Assembleia Municipal e a todos os presentes.

----- “ Em primeiro lugar Senhor Presidente felicito-o por esta primeira Assembleia Municipal temática pelo facto de podermos debater, e é isso mesmo que pretende este órgão discutir, a reforma administrativa e a sua incidência no concelho de Rio Maior. –

----- Como sabemos a base da discussão é a proposta de lei n.º 44/XII, que surge na sequência do compromisso internacional negociado e assinado pelo anterior Governo para o Estado Português no âmbito do programa de assistência económica e financeira assinado com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional que diz que até julho de 2012 o Governo desenvolverá um plano de consolidação para reorganizar e reduzir significativamente o número da autarquias locais. -----

----- A redução das autarquias é apenas um dos quatro eixos da reforma administrativa sendo, porém, aquele com que começa por imperativos do memorando de entendimento da Troika. Como sabem o papel cometido à Câmara Municipal no âmbito do processo era nulo no documento verde, passando a consulta ou proposta à Assembleia Municipal nesta proposta de lei. Esta proposta tem uma evolução importante, coloca o acento tónico nas decisões locais, nos órgãos das autarquias apenas definindo limites que podem ou não ser considerados exagerados, mas não impõem critérios, nem garrota entendimentos. -----

----- Quero assumir perante vós que a Câmara respeitará a representatividade e a democracia locais resultantes das eleições autárquicas, pelo que deve ser no seio das Juntas de Freguesia, das Assembleias de Freguesia e da Assembleia Municipal que estas questões devem ser discutidas e de onde devem surgir os entendimentos e as propostas. -----

----- A Câmara estará sempre disponível ao longo deste processo para informar e para ajudar sempre que seja solicitado. Já começamos com um estudo já divulgado onde se faz uma caracterização das freguesias do concelho e que é um ótimo instrumento de trabalho para as discussões que se seguem. Quero aproveitar a ocasião para agradecer o trabalho dos diversos técnicos que realizaram para este fim, conduzido pelo meu Chefe de Gabinete, Lopes Cadoso, e estou certa que vós,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

autarcas, terão o sentido de responsabilidade da defesa dos direitos das populações e o respeito pela democracia do poder local. -----

----- Eu já fui Presidente de Junta, como sabem, muitos estão aqui com muito mais idade, experiência e mandatos que eu, sem dúvida, mas sei o que representam as freguesias e os seus órgãos, não por ouvir falar ou por ler nos livros, mas por experiência própria e na primeira pessoa, e dessa experiência a que se alia a de Presidente de Câmara quero dizer-vos o seguinte: esta reforma tem que ser feita com os autarcas, esta discussão tem que ser feita pelos eleitos nas freguesias e na Assembleia Municipal no uso das suas competências. Não pode ser uma discussão de partidos ou de políticos, tem que ser feita tendo como fim único o interesse de cada freguesia e do concelho de Rio Maior, e não na defesa da posição deste ou daquele partido que muitas vezes são bons no argumentar mas frágeis na aplicação prática dos princípios que defendem. -----

----- É isso que eu espero de vós, que possam iniciar um debate sério mas que não deixem que sejam os outros a decidir por vós, que se empenhem na defesa, não demagógica, dos interesses dos eleitores e que os resultados sejam isso mesmo, fruto da discussão participada e democrática. -----

----- Eu seguirei o processo, colocarei sempre à disposição sempre que o solicitarem e no final tomarei como minha a proposta que a maioria de vós, ou até mesmo a unanimidade, venham a apresentar à Câmara e à Assembleia Municipal. O poder local continuará sempre a ser a verdadeira política de proximidade e tem aqui uma boa hipótese para sair reforçado nas suas competências mas sobretudo na sua ação. "-----

### ----- INTERVENÇÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS -----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra a cada líder dos Grupos Municipais de acordo com a ordem apresentada no requerimento que lhe foi apresentado. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira de São João, Olga Modesto Sousa Candoso Paula, Movimento Independente da União dos Ribeirenses (MIUR)** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- “ A minha intervenção vai precisamente no sentido das palavras agora proferidas pela nossa Presidente, que é precisamente defender os nossos eleitores. -----

----- Tenho um pequeno excerto de um trabalho que realizei e é dele que eu quero realmente dar conhecimento a esta Assembleia. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Eu passo a dizer que nós estamos realmente na comunidade europeia, estamos submetidos a uma ordem jurídica e temos uma carta europeia da autonomia local. E diz esta carta europeia da autonomia local, aprovada em 1985 pelo Conselho da Europa, e refere o seu preâmbulo, que as autarquias locais são um dos princípios fundamentais de todo o regime democrático. Considerou ainda, no seu artigo primeiro, que o princípio da autonomia local deve ser reconhecido pela legislação interna e tanto quanto possível pela Constituição. -----

----- Considerando que o direito dos cidadãos de participar na gestão dos assuntos públicos faz parte dos princípios democráticos comuns a todos os estados membros do Conselho da Europa; -----

----- Convencidos de que é ao nível local, sublinhado e destaque da minha própria pessoa, que este direito pode ser mais diretamente exercido; -----

----- Convencidos de que a existência de autarquias locais, investidas de responsabilidades efetivas, permite uma administração simultaneamente eficaz e próxima do cidadão; -----

----- Conscientes do facto de que a defesa e o reforço da autonomia local nos diferentes países da Europa representa uma contribuição importante para a construção de uma Europa baseada nos princípios da democracia e da descentralização do poder; -----

----- Considerando que o exposto supõe a existência de autarquias locais dotadas de órgãos de decisão constituídos democraticamente e beneficiando de uma ampla autonomia quanto às competências, às modalidades do seu exercício e aos meios necessários ao cumprimento da sua missão, reforço missão porque é uma missão;-----

----- A carta foi transposta para o ordenamento jurídico interno por decreto do Presidente da República n.º 58/90, de 23 de outubro de 1990, ratifica a carta europeia da autonomia local aprovada para a ratificação pela resolução da Assembleia da República n.º 28/90 de 13 de Julho de 1990, e o Presidente da República decreta, nos termos do artigo 138º, alínea b) da Constituição o seguinte: é ratificada a Carta Europeia da Autonomia Local. Portanto temos aqui um pilar, é a carta europeia. -----

----- Depois em Portugal, já no nosso ordenamento jurídico interno, as autarquias locais têm desde 1976 uma dignidade constitucional. Segundo a lei fundamental, a organização democrática do estado compreende a existência das autarquias locais sendo estas pessoas coletivas de população e território dotadas de órgãos representativos que visam a persecução dos interesses próprios, comuns e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

específicos das respetivas populações. Portanto estamos ao serviço das populações, estamos ao serviço dos nossos eleitores. -----

----- Resulta que as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas, estas últimas ainda por instituir. Atualmente existe em Portugal 308 municípios e o país ainda comporta 4259 freguesias. -----

----- Sabendo que as atribuições e competências das autarquias locais estando associadas à satisfação das necessidades das comunidades locais respeitam, sublinhado e destaque de mim própria, nomeadamente ao desenvolvimento socioeconómico, ao ordenamento do território, ao abastecimento público, ao saneamento básico, à saúde, à educação, à cultura, ao ambiente, ao desporto. -----

----- Tendo presente que a legitimidade das decisões das autarquias locais decorre da eleição dos respetivos órgãos, sendo a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia órgãos executivos e a Assembleia Municipal e a Assembleia de Freguesia órgãos deliberativos. Excetuando-se Junta de Freguesia, os demais órgãos referenciados são eleitos por sufrágio universal. Os municípios e as freguesias são portanto elementos constitutivos da democracia e da cidadania portuguesa. Perante uma época dominada simultaneamente pelos princípios da subsidiariedade e da globalização, o desenvolvimento das sociedades e dos territórios requer a existência de organizações autárquicas cada vez mais eficazes e eficientes, prestadoras de serviços qualificados, capazes de responder adequadamente às exigências e expectativas dos cidadãos do século XXI. -----

----- As nossas freguesias foram criadas e nós, ao serem criadas por um instrumento legal, teve assente três elementos de apreciação que visem à criação das freguesias deve, assim, a Assembleia da República ter em conta a vontade das populações abrangidas expressa através de parecer dos órgãos autárquicos representativos a que alude a alínea e) do n.º1 do artigo 7º do regime jurídico da criação de freguesias que era a lei n.º 8/93, já com as alterações introduzidas pela lei n.º 51-A/93, de 9 de Julho.

----- Ora, todo este processo teve por base uma instrução de processo, assente nos pilares que eu considero muito fortes: as razões de ordem histórica, geográfica, demográfica, económica, social e cultural, a viabilidade político-administrativa aferida pelos interesses de ordem geral ou local em causa, bem como pelas repercussões administrativas e financeiras das alterações pretendidas. -----

----- Ora os indicadores a ponderar na criação das freguesias dever-se-á tender aos seguintes indicadores ponderados de acordo com os escalões constantes de um



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

quadro portanto que estava anexo ao respetivo diploma que passo a enunciar: n.º de eleitores da freguesia a constituir, taxa de variação demográfica da área proposta para a freguesia, n.º de eleitores da sede da futura freguesia e diversificação de tipo de serviços e de estabelecimentos de comércio de ordem cultural, artístico ou recreativo na área dessa futura freguesia, transportes entre a sede e as principais povoações da freguesia a criar. -----

----- Ora, as novas freguesias, onde se inclui a minha freguesia, Ribeira de São João, foi criada pela lei n.º 71/84, de 31 de dezembro de 1984, publicado no DR n.º301, 1ª Série, mediante este novo quadro, ou seja, o livro verde ou documento verde, ou agora a proposta de lei n.º 44/XII verifica-se que poderei não reunir os requisitos necessários para a manutenção da minha freguesia, mas eu pergunto: conforme foi criada nós alimentamo-la, fomos nós que a fizemos crescer, o nosso povo, a nossa população trabalhou para que ela vingasse, e por isso agora pergunto: não será violento chegarmos agora aos nossos eleitores e dizermos que vamos fechar as portas, não podemos ser mais freguesia, vamo-nos juntar ou agregar a outra freguesia? Não é de ter em conta que não seja necessário fazer uma reorganização administrativa, sim poderá ter que ser feita, mas temos consciência de que há pilares, de que há valores que têm que ser respeitados e eu penso que estes valores, agora estamos um pouco a perder a nossa identidade, nós estamos com base num documento, e passo a expressão e entre aspas, “ estamos a cargo dos troikanos”, portanto temos que fazer tudo aquilo que os “troikanos” querem e nós estamos a perder um pouco a nossa entidade, não é porque não temos vontade própria, o que interessa nós querermos uma coisa se realmente a Troika impõe outra? E é nesse sentido que eu defendo que as nossas freguesias se devem manter porque se não é um problema economicista, o que é que as pequenas freguesias dão em termos de encargo para o orçamento geral do estado? Nada. Nós pagamos para ser presidentes de junta não se esqueçam disso. Nós nas pequenas freguesias pagamos para ser presidentes de junta, porque somos nós que com os 274 euros que temos de subsídio que nos dá para sustentar uma freguesia, porque nós estamos 24 horas sobre 24 horas a favor da nossa freguesia, a prol da nossa freguesia, a trabalhar para a nossa freguesia. Eu na minha freguesia não tenho uma viatura, sou eu que levo o carro para todo o lado, sou eu que ponho o combustível da minha viatura, sou eu que pago as despesas, eu posso ir a congressos da ANAFRE dado que a minha freguesia é sócia da ANAFRE, eu herdei portanto essa vinculação, mantive-a, mas quem paga as





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

despesas sou eu! Não é portanto o orçamento geral do estado, não é a junta, não sai um tostão da minha junta para pagar as minhas despesas, portanto eu vou em representação da minha freguesia, mas pago do meu bolso. Antes de mais acho que devemos ter consciência disso, que as pequenas freguesias não dão despesa ao estado, nós pagamos para trabalhar em prol da nossa população, portanto é um trabalho cada vez mais solidário. -----

----- Portanto a nossa freguesia foi criada e sustentada nos elementos de apreciação e da ponderação dos indicadores, ou seja, na vontade da população e no n.º de eleitores, pois estes dois pilares, eu presentemente não vejo retratados quer no documento verde quer agora também na proposta de lei n.º 44/XII, porque se for perguntar a vontade dos meus eleitores não é essa a sua vontade, que a nossa freguesia seja agregada a qualquer outra freguesia, sem desprimor pelas freguesias limítrofes, mas se nós criamos, se o criar é amor, então que nos deixem portanto sustentar a nossa freguesia, porque eu acho que agora ao criar uma freguesia, como eu quero dizer, dizem que é o pólo de atração pois eu não gosto dessa expressão e então prefiro que seja realmente a freguesia mãe, porque sendo uma freguesia mãe que nos vá tutelar, essa freguesia mãe deve ter o mesmo carinho, o mesmo cuidado para todos os seus filhos e como um pólo de atração já essa expressão a mim choca-me um pouco porque o pólo de atração é chamar a si, é mais egocêntrico, e isso para mim choca-me, essa expressão de pólo de atração. -----

----- Então é neste sentido que eu vou e defendo os meus eleitores, estou aqui em representação deles, em representação de mim própria porque quero defender também o meu espaço geográfico e digo que acho que a manutenção das 14 freguesias poderá ser impossível, eu sei, isto não passa talvez de um pouco de discurso, mas é o meu discurso e é esse discurso que eu quero que fique aqui bem patente é que no caso da manutenção das 14 freguesias, cada uma mantém a sua história, mantém os seus valores, mantém o seu património quer predial, cultural e/ou desportivo. Portanto é nesse sentido de que vão as minhas palavras: se tiver que ser feita uma reorganização que seja feita, mas assente em pilares bem fortes e em critérios bem definidos. Não é hoje dizer que é o n.º de habitantes e amanhã já é o critério de racionalização para o fecho ou para a agregação de novas freguesias, que ao fazerem-no então façam-no mas em consciência, digam-nos quais são os critérios para nós podermos transmitir aos nossos eleitores que se nós tivermos que ser agregados a outra freguesia, somos porque há critérios que estão definidos, sendo





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

este ou aquele, mas não assim, porque assim nós não conseguimos ter uma resposta em concreto para os nossos eleitores. “ -----

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo – Movimento Independente do Concelho de Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos a toda a Assembleia Municipal e a todos os presentes.-----

----- “A reorganização administrativa territorial autárquica que nós hoje vamos aqui discutir, é também, quanto a mim, um repensar do poder local em Portugal que poderá uma vez mais pôr-nos a seguinte questão: centralização ou descentralização? -----

----- Na atualidade, e reavivado pelo período do pós 25 de Abril e pela experiência na integração da União Europeia, ressurgiu o debate sobre a descentralização administrativa em geral e sobre o poder local em particular, reconhecido que é o grau de autonomia do poder local como uma das bases para a descentralização administrativa, reforçada a discussão sobre os poderes dos executivos camarários, sendo que isso mostra um tema que se mantém ainda em aberto. Os executivos numa agressividade desenfreada determinam, e determinaram, e ofereceram a atração de uma vida citadina sem os pós e os cheiros mal cheirosos da aldeia, da ruralidade, convidando ao abandono da habitação familiar e à erosão dos campos. Traça-se, e traçou-se, uma nova malha urbana no que quanto mais alto e moderno melhor, remetendo também para o esquecimento o berço da urbe, agora com novos e diferentes pós, poluídas cores e os cheiros da velhice abandonada mas de novo figurino massificada e frenética numa onda de anorexia democrática. -----

----- Neste momento e neste dia, não vamos atirar pedras a quem quer que seja porquanto todos nós contribuímos, fomos culpados e o que está feito, feito está. Daí que a caricatura que acabei de fazer não melindre, não choque, nem fira, e não pode ferir quem quer que seja. Foi essa a moda dos figurinistas estrangeiros, da moda vinda da Europa e foi isso que fizemos na melhor das intenções: modernizar Portugal. Penso que era essa a preocupação, a nossa intenção. -----

----- Lembro agora uma pessoa que ainda hoje é um marco da nossa cultura e na área do urbanismo e da geopolítica urbana, nem mais nem menos que o arquiteto Ribeiro Teles. Esse homem disse um dia: “O grande problema do país, do nosso Portugal, é a morte das aldeias.”. Eu acho que esta frase é extraordinária. -----

----- O mapa administrativo a nível das freguesias, também contagiado por essas modas e apetites dos tempos, foi-se alargando na geografia já existente. Rio Maior



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

assim foi e 1984 foi o ano da grande emancipação das novas áreas político-administrativas: Asseiceira, Malaqueijo, Ribeira de São João, São Sebastião, separaram-se da tutela a que estavam ligadas, bem como outras, Fráguas e Assentiz em 1989. Aplicou-se o direito à autonomia do poder local, consumava-se o reconhecimento do poder decisório das populações e satisfazia-se-lhes a liberdade da escolha. -----

----- Antes já o velho código administrativo de 1836 apontava o reforço do poder municipal cuja orgânica compreendia a estrutura em distritos, concelhos e freguesias, demonstrativo de uma realidade de mudança e Rio Maior sobe a concelho nesse ano, administrativamente organizado em 5 freguesias. Agora temos o nosso concelho constituído e composto por 14 freguesias, cada uma com a sua história, o seu passado e um longo caminho percorrido, algumas dessas freguesias desanexadas de concelhos próprios extintos, como criados e fundidos outros tantos pelo país. -----

----- Afinal já houve mudança. Não sabemos se pacífica ou talvez nem tanto, certamente as populações recusaram ver os seus concelhos extintos ou integrados noutros concelhos e alguns tradicionalmente rivais. Assim foi, não sabemos. Temos é hoje e aqui em mãos a reorganização administrativa do nosso território concelhio, o que não é novidade, pois esta questão já há muito que andava no ar e nós próprios a pressentíamos. -----

----- O livro verde. O livro verde, um instrumento de trabalho para diversos cenários com os critérios de valoração ao proposto: reduzir freguesias. Entendemos todos nós que no momento troikista que vivemos e por uma boa gestão que qualquer casa merece e deve ter, poupar gastos, racionalizar recursos humanos e outros recursos também e nós acrescentamos, e eu atrevo-me perante esta casa, onde nós nos encontramos, por necessidade e urgência. -----

----- A tarefa de ensaiar o resultado e as diversas provas num trabalho cooperativo e de valioso préstimo de todos e em especial da equipa técnica do município, manifestada a disponibilidade e também a qualidade de qualquer, (a minha participação foi a menor, confesso que sim que foi), na tentativa de aplicar correta e criteriosamente os parâmetros indicados nesse mesmo livro verde, resultou o documento final, assinaladas as vantagens e desvantagens para os doze cenários que todos nós manuseamos, acrescentando-se-lhes depois, após a aplicação da lei então ainda em discussão n.º 44/XII. É dito nesse documento que não é um documento fechado, por aberta a discussão e é por isso mesmo que hoje aqui estamos, dispostos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

à discussão, não descortinando até se o nosso concelho não virá a alargar-se porventura por outras freguesias a desanexar de algum concelho vizinho. Pensemos nesta situação, ver o nosso concelho alargado em área, o que também pode ser. -----

----- Ora eu agora pedia, se não se importam, para distribuir aos senhores presidentes de junta e aos líderes de bancada um documento<sup>(1)</sup> que eu me atrevo, senhor Presidente, com todos os riscos e falências, mas enfim foi um trabalho muito sério e aturado, o resultado de uma reflexão e de boa-fé. -----

----- Ora, os meus amigos, nomeadamente o Senhor Presidente da Junta da Asseiceira e o senhor Presidente de Junta de Arrouquelas não se zanguem comigo (já ouvi esta expressão em algum lado!) mas não se zanguem comigo, é com boa-fé que apresento este trabalho. -----

----- Então eu espero que esta folhinha que passa agora a ser distribuída seja acolhida com a mesma atenção com que todos nós discutimos à mesa e assim propusemos as diferentes questões, embora possam considerar que é um trabalho desonesto porque foi feito depois. Não, porque o trabalho nunca está feito e após um dia outro dia surge com novas ideias. -----

----- Nós temos o mapa que propõe o nosso concelho a ser constituído por 7 freguesias, incluindo a nossa, dado que a nossa freguesia é aquela que, também poderá sofrer mexidas, não sabemos. Particularmente quais são as fusões que eu proporia neste pequeno mapa e considerando a área e o n.º de habitantes em especial. Todos nós sabemos que as acessibilidades do nosso concelho, bem como os equipamentos, são razoavelmente boas, se não mesmo excelentes, portanto ninguém fica prejudicado com a presente proposta. -----

----- Ora, quais são as vantagens que eu propus, e permitam-me eu então transcrever oralmente esta distribuição: o concelho de Rio Maior está como está, ainda que, como já sublinhei, poderá, eventualmente sofrer alguma alteração sob o ponto de vista de delimitação territorial. Alcobertas, com uma área razoável e população diversificada fica assim. Mas agreguei, e estas coisas custam a dizer, mas juntei, por razões de contiguidade territorial, São Sebastião e Fráguas, o que perfaz uma população global de 1483 pessoas. Refiro que tentei, neste trabalho, um equilíbrio tanto quanto possível no que diz respeito às áreas e à população. Depois Arruda dos Pisões e Outeiro da Cortiçada que virão a somar um n.º de almas de 1085. Depois temos São João da Ribeira, Malaqueijo e Azambujeira, porque entendo que Azambujeira e Marmeleira não devem ficar empurradas para o fim, temos que respeitar estes dois territórios com um



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

passado tão extraordinário e memória do nosso concelho que, empurrá-las para o isolamento, acho que não, elas devem fazer parte de um todo. Agora passo a referir que São João da Ribeira, Malaqueijo e Azambujeira poderão constituir outra freguesia, fazendo como que um corredor que as ligas sempre à sede de concelho por forma a que não haja freguesias periféricas. Ribeira de São João, Assentiz e Marmeleira, numa boa relação de vizinhança e de seriedade e harmonia entre as pessoas compõem um território de 1360 pessoas. Igualmente nesta se verifica este corredor. As vantagens que eu verifiquei, repito com todos os erros e sem ofensa de quem quer que seja, era de facto o estabelecer uma ligação entre estes lugares, estas ainda freguesias, de modo a que não ficasse uma na franja sem ligação à nossa sede. Não foi, nem é tão pouco, nesta proposta indicado qualquer pólo de atração porque isto é questão secundária e a analisar pelas respetivas populações, por quem de direito. Portanto, o que é que estas fusões podem servir? A importância da sua história e cultura e concorrer significativamente para a capacidade de organização e de realização de atividades, vincada a responsabilidade e equidade de tratamento por qualquer das áreas. A outras questões resultantes de qualquer decisão no cenário escolhido caberá auscultar as sensibilidades das populações. -----

----- Deixo, porém, uma questão que eu própria pus a mim em relação a isto: será que os lugares, as cidades, as aldeias, as freguesias, o que quer que seja, precisam de uma marca que as distinga e as projete? Qual o papel do seu património e das pessoas na afirmação e desenvolvimento desses mesmos lugares? Isto obrigar-nos-ia também a pensar relativamente às diversas situações. -----

----- Portanto, e a concluir, Senhor Presidente, partilhando a nossa visão, a minha visão do conjunto com o desejo permanente de conhecer e compreender as pessoas foi e é sempre preocupação, força motriz das diversas atividades económicas e comunitárias imprescindíveis à melhor esperança de vida e de futuro, deixo ao executivo a melhor e mais adequada decisão, porque nada é definitivo e termino parafraseando um verso de Ruy Belo, um dos nossos, que diz assim: “ Que por todos se faça (agora não é a poesia) o melhor”. -----

----- **Deputado António José Rodrigues da Costa – Bloco de Esquerda** -----

----- Apresentou cumprimentos a toda a Assembleia Municipal e a todos os presentes.-----

----- “ Começo por a minha intervenção, e vou iniciar, antes demais, queremos saudar o facto de se realizar a primeira sessão temática desta assembleia no atual mandato,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

no entanto não podemos deixar de apontar que há assuntos bastante importantes e urgentes que merecem a atenção de uma sessão temática desta assembleia, particularmente o aumento do desemprego e a necessidade de, a nível local, debater e procurar formas de o contrariar, deixamos desde já esta nossa sugestão. -----

----- Quanto à pretensa reorganização do poder local plasmado no livro verde e na proposta de lei 44/XII, consideramos que se pauta por uma profunda contradição entre a retórica e os resultados finais a que de facto se propõe. -----

----- No seu segundo capítulo dedicado à organização do território não nos parece que o objetivo seja uma melhor dinamização e ordenamento do território. É antes, pelo contrário, a mera extinção de um terço das juntas de freguesia que aprofunda a política que leva à desertificação do interior do país e do mundo rural. É uma reforma que surge por imposição da Troika estrangeira que nos manda reduzir o número de municípios e freguesias para reduzir custos, mas isto leva-nos a dizer o seguinte: mas as transferências diretas do orçamento de estado para as freguesias representam hoje menos de 0,1% da despesa. Parece-nos um falso argumento, pensamos que o governo faria melhor em tentar reduzir os custos da suposta ajuda da Troika, que não é ajuda nenhuma, pretendem cobrar 35 milhões de euros em juros e comissões por um empréstimo de 75 mil milhões de euros, o que lhes dará um lucro e uma taxa de lucro na ordem dos 45%. -----

----- O capítulo do livro verde é uma grave ameaça à democracia local e ao pluralismo político. Para termos uma ideia as propostas de alterações ao sistema eleitoral de redução de números de membros das assembleias municipais e da saída dos presidentes de junta destes órgãos se aplicadas aos resultados das últimas eleições autárquicas, terei eu produzido uma assembleia municipal de Rio Maior reduzida ao PSD e ao PS excluindo a representação dos quase 1700 riomaiorenses que votaram noutras forças políticas. Não queremos menos democracia, por isso rejeitamos a proposta do governo. Para melhorar o poder local defendemos o reforço da participação ativa dos cidadãos, como um dos principais, onde os princípios essenciais para o aprofundamento da democracia de facto, e não mera formalidade, que exclui, marginaliza e despreza a cidadania e a sua vontade. -----

----- Para nós as juntas de freguesia, pela sua maior proximidade à população, são um precioso instrumento para o aumento da participação dos cidadãos na vida política, por isso, defendemos, não a sua extinção, mas o reforço das suas atribuições e competências, devidamente acompanhadas pela transferência de recursos que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

garantam a sua autonomia. Em qualquer circunstância a extinção, fusão ou agregação de freguesias ou municípios, além do parecer positivo do respetivo órgão deliberativo, assembleia de freguesia ou municipal, deve ser confirmada por referendo local segundo o princípio “o povo é quem mais ordena” e deve ser auscultado e a sua vontade deve ser respeitada. -----

----- Acreditamos que o poder político e os organismos públicos só fazem sentido quando são instrumentos da expressão dos cidadãos, acreditamos que a participação e cidadania são armas eficazes contra a corrupção, a clientela, o tráfico de influências e a promiscuidade entre interesses públicos e privados. É preciso mais informação, transparência e mecanismos para maior participação de todos na resolução dos seus interesses e das questões comuns. -----

----- E acabamos congratulamo-nos com movimento no “Ribatejo Freguesias Sim” congregam uma salutar diversidade política e apelamos à participação na manifestação nacional contra a extinção de freguesias marcada para o próximo dia 31 de Março. “ -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo - Presidente da Junta de Freguesia da Asseiceira – CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- “Eu sou autarca desde 1979, fui eleito nesta Assembleia, na antiga, em 1979 como eleito na APU, com 18 anos e o momento que estamos a atravessar, já passamos muito no poder local, mas este é um momento que me obriga a puxar todas as minhas energias para perceber, por um lado o que está a acontecer com este Governo e com esta reforma administrativa territorial local e tentar junto dos autarcas, independentemente de serem de juntas de freguesia ou de serem de câmaras municipais ou das assembleias municipais como vós, que isto é muito mais do que uma mera reorganização administrativa territorial. Isto é um processo que tende a levar em conta ou tenta atingir uma das conquistas melhores que qualquer ser humano tem, que é poder votar diretamente naqueles que lhes estão mais próximos. –

----- Portanto eu vou tentar em 20 minutos, provavelmente já só em 18, tentar encontrar um conjunto de justificações para que esta proposta de lei sofra alterações significativas na especialidade e na metodologia que está a ser seguida. -----

----- Mas permita-me Senhor Presidente, antes manifestar o meu agrado por ser a primeira assembleia temática do seu mandato, do nosso mandato, mas também com





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

mais um traço impressionante do que é que é ser autarca local. Atendendo a que estamos a viver em crise o Presidente sugeriu aos grupos parlamentares que esta Assembleia não custasse um cêntimo ao erário público. E agora, que ainda não houve palmas, as palmas devem ser para vocês porque nenhum de nós vai receber um cêntimo que seja em senhas de presença, em deslocações ou qualquer custo desta assembleia. É servir a causa pública, não é servir-nos da causa pública. Para que o argumento das sessões temáticas não fosse sarceado pelo facto de custar 3000 euro, que é quanto custa cada assembleia. E aí está, diferente da deslocação do senhor ministro ou do senhor secretário de estado ou do senhor delegado geral que vai até ao café ou vai mais longe fazer um estudo e que apresenta não só as despesas de representação mas certamente aas horas extraordinárias. Portanto estão vocês de parabéns, como normalmente ninguém gosta de bater palmas a si próprio eu vou bater por vocês. Muitos parabéns. -----

----- Agora espero que os outros autarcas também o façam para que não sejam como o São Bonifácio: “olha para o que eu digo, não olhes para o que eu faço.” -----

----- Esta proposta tem duas breves mistificações: a primeira é encucarmos de que não há, não houve há 200 anos reforma administrativa, não há reforma administrativa, é preciso mudar é preciso mudar, e é, e é preciso mudar. É preciso alterar, mas certamente que a primeira coisa que é preciso ter em conta é conhecermos bem a realidade sobre a qual trabalhamos, e a reorganização administrativa que tem do século XIX, tem até hoje no concelho de Rio Maior muitas e substanciais alterações, como também tem no país. Com a primeira reorganização de Passos Manuel, nós no fim logo da 1ª República, nasce uma freguesia é a freguesia da Vila da Marmeleira, para além das que tinham sido constituídas. Depois a da Arruda, em 62, vai fazer anos agora dia 25, a de Arrouquelas e depois, e sublinhem esta data para perceberem a lógica disto tudo, a mais bela de todas as reorganizações: 25 de Abril de 1974 e 2 de Abril, estamos a 36 de comemorar as primeiras eleições autárquicas em Portugal, 36 anos. E este é o traço marcante de tudo o que tem a ver com a reorganização. Primeiro porque é constituído, como disse a colega Olga, uma dignidade à autarquia, freguesia, câmara municipal e assembleia municipal que até então nunca existiu, isto é tem valor constitucional e é eleito por voto secreto direto e universal, e acabaram as nomeações do governo para presidentes de câmara e acabaram os regedores das freguesias. Há 36 anos. -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Depois, em 84, o povo, o povo, as populações criaram, e por acaso pensei que estivesse aqui um dos seus promotores o Dr. Silvino, porque a memória assim me obriga, histórica, foram constituídas 4 novas freguesias, Asseiceira, Malaqueijo, Ribeira de São João e São Sebastião. E no ano seguinte mais uma reorganização administrativa, nasce mais uma freguesia: a de Assentiz. E eu pergunto, para ser sério, qual das freguesias mãe perdeu com a saída da sua freguesia? Qual das freguesias, por mais pequena que seja, perdeu? Às vezes estas vozes mais duras é para acordar alguns que estão dormindo. Quem é que perdeu? O que estamos a perder, e é esse o meu manifesto, é que há muitos anos que o estado não cumpre o seu dever perante as autarquias locais. Não cumpre a lei das finanças locais já lá vão mais de 10 anos. Não cumpre os compromissos que assume com as câmaras municipais nem com as juntas de freguesia. Está, e hoje estamos a discutir isto da organização administrativa, mas provavelmente o nosso Executivo e a Presidente estão preocupados neste momento com a asfixia financeira que está a ser colocada hoje sobre o autarca, o autarca de câmara ou de junta de freguesia, que é a lei do compromisso. Hoje praticamente, por orientação do governo, ninguém pode comprar um alfinete que seja. Para quê? Para irem matando lentamente o poder local democraticamente eleito. E depois para dizerem, eles estão lá não fazem nada, porque é que não se juntam e não acabam com eles? Esta é a segunda lógica, grave, que vem. -----

----- Primeira mistificação: reorganização administrativa? Sim. Mas ao menos que nos deem a dignidade de dizer com que competências, ao menos que nos digam com que finanças, ao menos que nos digam para quê. Por mais que se estude, eu não creio que a Associação Nacional de Freguesias, não creio que a Associação Nacional de Municípios sejam todos burros. É que não se encontrou, agora na proposta, uma única razão, uma única razão, a não ser dar cumprimento a uma vontade da Troika, que felizmente não é governo português, também é uma de quinta ou de sétima categoria e não está vinculado democraticamente. Mais pobres ainda por não ter vínculo democrático. Mas até aí a tradução é deficiente, porque diz que é uma redução acentuada das câmaras e uma situação das paróquias, porque não há em inglês tradução para freguesia, porque essa particularidade é única no mundo relativamente à democracia portuguesa. Tem essa matriz extraordinária que não há em mais lado nenhum do mundo, que é haver freguesias. Não há nenhum povo que trabalhe voluntariamente como nós. Não há nenhum exército de 40 000 autarcas que trabalhe



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

por vontade à sua terra. Isso não tem sequer tradução. Como não tem tradução a palavra saudade. Então, certo 308 municípios, 4259 freguesias, mas onde está o corte dos municípios? Então não era lá que se tinha que começar? Então não são os municípios que têm 28 mil milhões de dívida? Por acaso também injustamente, porque é preciso abater o que é público, é metade da dívida do metro do Porto, é um terço da dívida da REFER, é um quinto da dívida da Carris, é um “cagagésimo” da dívida do BPN! Então isto não é ser hipócrita? A que é que se chama isto? É fazer de mim tolinho! Estão aqui algumas pessoas que são de línguas e literaturas e há uma palavra que define isso: são cabotinos, isto é, são os que vêm da cidade a pensar que os rurais são parvos. Então não é admissível dizer que se faz uma revolução, uma reorganização, o que quiserem com quatro eixos, em que num começam pelo elo mais fraco. Pois é. Mas começam pelo elo mais fraco e cometem tudo o que se pode dizer do ponto de vista formal. Já foi dito a carta europeia do poder local, é antieuropeu, até isso o documento é antieuropeu, vamos ver se é ou não anticonstitucional, é antidemocrático. É antidemocrático sabem porquê? Porque a democracia tem custos, são os chamados custos de participação, e o que se pretende, e agora vou dizer três coisas para ficar a bater na nossa cabeça. Porque alguns de nós queremos passar no meio dos pingos da chuva, ainda estamos a ver como é que eu dou a curva para passar por entre a tempestade. É que a atual lei, a proposta de lei, é muito pior que o livro verde, é que neste momento ninguém pode garantir que alguma freguesia fique freguesia. Vamos ser intelectualmente honestos: a alteração do livro verde para a proposta de lei, com a alteração da definição para os parâmetros, o que diz é isto: avenham-se, façam o que quiserem, aí em Rio Maior têm que acabar 4, como não podia acabar nenhuma urbana, era a de Rio Maior, então têm que acabar, façam as contas, não são 4, são no mínimo 6 ou 8. O que eu vos vou dizer é o seguinte, a lei diz a nova entidade, pode ser Rio maior da Asseiceira, porque se juntou Rio Maior com a Asseiceira ou pode ser a Asseiceira de Rio Maior ou pode ser São João da Marmeleira ou Marmeleira de São João ou a Vila de não sei quê. É uma entidade nova, jurídica, fiscal e patrimonial, terá um nome novo e mais o património não é nem teu nem meu, é da nova, e o teu bilhete de identidade num espaço transitório ainda pode ter a naturalidade da terra onde nasceste, mas a partir do período transitório é do nome da freguesia nova. Portanto, sejamos concretos, eu sei que a minha linguagem às vezes é um bocadinho dura, mas não é para incomodar ninguém, é porque é a minha maneira de sentir as coisas e não sintam isso, alguns podem sentir uma ofensa, não é,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

é porque é mesmo assim, e se fizerem as contas o que a colega Júlia apresentou significava que acabavam 12 freguesias. 12! Só ficava Alcobertas e Rio Maior tal como está. É disso que estamos a falar! E aqui não há critério nenhum, o critério é: acabem com 4! Se ao lado, Santarém acabar com mais 3 do que é que é preciso, aqui em Rio Maior pode até só acabar uma. E até pode haver concelhos que não acabe nenhuma, mas pode haver concelhos como o de Loures, como é Camarate, com 19 480 eleitores que acaba para uma freguesia com 49 600 eleitores, nova. Percebamos que isto é assim, claro. Eu acho que esta proposta é inaceitável, mas não é inevitável, depende de nós. Porque a política é um jogo de forças. E se os autarcas representam tão bem os seus, particularmente os de freguesia, os seus eleitores, só têm que lutar para manter a sua matriz. Mas não é só a sua matriz é mais do que isso! É defender o emprego público. O que é que se vai fazer aos 3 000 empregados, funcionários das nossas juntas de freguesia? Mobilidade? A seguir despedimento. O que é que vamos fazer ao património? À história? À cultura? Cuidado. Isto não é de ânimo leve. -----

----- Dizer-vos para à atenção para algumas coisas interessantes, como esta tentativa de não querer reconhecer o que é bem feito. -----

----- A ANAFRE e a Associação Nacional de Municípios, está aí a Senhora Presidente que pode comprovar isso, há muitos anos que se encarregam em saber como é que os dinheiros públicos são gastos e a Universidade Católica fez durante dois anos um estudo para perceber como é que eram feitos e gastos nas freguesias, nos municípios, na administração local e central, e para surpresa de muitos chegaram à conclusão que um euro numa freguesia vale três na câmara e vale quatro na administração central. Que com 0,98% dos custos do PIB, o produto interno bruto, as freguesias não contraíram dívidas, nem são culpados de nada do estado em que nós estamos. É que as freguesias não contribuíram para a dívida pública, nem para o défice do Estado. Então porquê acabarem? Então se no papel diz que não é por questões financeiras, já vimos que não contribui para a dívida, porque é que é? É isso que nos deve fazer pensar. -----

----- Se quisessem governar bem o país, viessem ver como é que se governa uma freguesia, com 0,98% do custo do país, não contribui para a dívida, não há gestão mais eficaz, o que não quer dizer que não haja erros. Agora não há é o que nós vemos. De há 30 anos ou mais para cá é sempre a tirar aos pobres e aos que menos podem e aos que mais sofrem, e neste caso o poder local democrático, neste caso as freguesias. Não é de bom-tom. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- E vou terminar Senhor Presidente chamando à atenção para o seguinte: cinicamente ou hipocritamente a proposta de lei chega ao ponto de nos responsabilizar por o ônus da agregação a que nós chamamos extinção, eu como comunista até costumo chamar liquidação das freguesias. As freguesias podem ter opinião, diz a lei, mas se for contra a minha não presta. Amigos, é o que diz a lei. Só conta se for coincidente com os interesses da lei, se não for não conta. E transfere para as assembleias municipais e para os executivos o ônus de extinguir, agregar, cindir ou fundir as freguesias. -----

----- Acreditem no que vos vou dizer, se algum de nós fizer parte dessa assembleia de freguesia ou desse executivo de junta, dessa assembleia municipal ou desse executivo municipal, nunca mais ganha nenhuma eleição democrática, porque fica marcado, num termo do Ribatejo, a ferro quente em pele árida, ele/ela foi um dos que acabou com a minha freguesia. Esse ônus, constitucionalmente, é da Assembleia da República, por isso é que 157 municípios e assembleias municipais já decidiram que não decidem nada sobre isso. Quem decide é a Assembleia da República. Porque isso é muito bonito pôr os outros todos à bulha, andarmos aqui a buscar os mais entranhados problemas de bairro, das nossas idiossincrasias próprias e depois dizem que só cumpriram o que os outros decidiram, dizem que isso é da Assembleia Municipal, dizem que é da Assembleia de Freguesia. Eu não vou praticar a eutanásia da minha freguesia assistindo-a politicamente. E mais nenhum de nós, nenhum de vós foi legitimado para acabar com a minha freguesia, nem eu com a vossa. Não há aqui nenhum de nós que fosse ao programa eleitoral da freguesia a dizer eu acabo com a tua freguesia ou tu acabas com a minha. Nenhum! Nem presidente de câmara nem a assembleia municipal nem ninguém. Porque nem é essa a nossa competência. Até do ponto de vista da legitimidade democrática ele é imoral. -----

----- Agora, vamos ficar de braços cruzados? Não. -----

----- Como já perceberam eu dinamizo, felizmente, com um conjunto muito vasto de presidentes de junta de Rio Maior, um movimento chamado “ Ribatejo, Freguesias Sim”. Vai ter um encontro no dia 23 em Santarém e vai para Lisboa, cada um com um autocarro da sua freguesia, com uma banda, com uma charanga, com um rancho, com uma manifestação de cariz cultural etnográfico, social, desportiva, para dizerem em Lisboa: está cá Portugal e Portugal somos nós! “-----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira – Partido Socialista** -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Apresentou cumprimentos a toda a Assembleia Municipal e a todos os presentes.-----

----- “Já aqui foi frisado, e nunca é demais repetir, a importância das assembleias temáticas. Verifico, agora daqui, que o público aqui presente pretende estar interessado nesta temática e é uma temática coletiva, muito mais do que, como o senhor Presidente teve o cuidado de advertir, que diga respeito aos interesses legítimos de cada um dos munícipes. -----

----- Senhor Presidente felicito-o também pela capacidade e exemplo democrático que teve, não só em convocar esta assembleia, como em permitir que as diversas forças políticas reunidas propusessem este tipo de figurino, de cariz marcadamente político e importante para o concelho. Não obstante, gostaria já de dizer que, para além desta iniciativa, seria interessante que outras iniciativas, um pouco no género de uma proposta também, por ventura aventada para esta assembleia, fosse seguida e pudéssemos ter aqui conferencistas especializados no âmbito do ordenamento do território e da sociologia e da política que nos elucidassem sobre estas temáticas. -----

----- De qualquer das maneiras, gostaria de me centrar na questão iminentemente da organização administrativa e do território e depois falar um pouco, deixar um pouco para a discussão a questão da aplicação ao concelho de Rio Maior desta situação. ----

----- A primeira questão é que há uma série de mal entendidos, os quais, o Presidente de Junta Augusto Figueiredo já aqui trouxe muita coisa. Primeiro: nós estamos a fazer esta reorganização, ou melhor as freguesias têm que acabar porque a Troika o impõe. Eu tive o cuidado, e vou passar a ler, o que diz o texto do memorando de entendimento nas duas versões, o inglês e depois em português. -----

----- “Medida 3.43 – Reorganized local governmental administration. There are currently around 308 municipalities and 4259 parishes. By July 2012 the government will develop a consolidation plan to reorganize and significantly reduce the number of such entities. The government will implement this plans based on agreement with EC and IMF staff, this changes which will come into effect by the beginning of next local election cycle will enhance service delivery improve efficiency and reduce costs.” -----

----- Vou traduzir, não vou eu traduzir, vou ler a tradução do documento, lamentavelmente, embora eu não seja um ‘english-speaking’, não sendo um falante de inglês, lamento que a tradução, que não sei se foi feita por um diretor geral ou por um outro membro do PSD ou do PS ou de outro partido qualquer, que provavelmente ou de certeza foi paga, tenha tão fraca qualidade e não é inocente. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- “Reorganizar a administração do governo local (governo local, não sei se estão a perceber, não há nenhum governo local, há autarquias locais). Existem atualmente cerca de 308 municípios e 4259 freguesias (“parishes”, como o Figueiredo teve o cuidado de dizer que significa paróquias, só desde 1930, se não me falha a memória, 1916, é que as paróquias passaram a ser freguesias). Em Julho de 2012 o governo vai desenvolver um plano de consolidação para reorganizar e reduzir significativamente o número de tais entidades (tais entidades, não esta aqui nenhum de freguesias). O governo vai implementar (implementar é uma palavra do uso corrente mas que não faz parte léxico português) esse plano, com base em acordo com o pessoal da Comissão Europeia e do Fundo Monetário Internacional”. -----

----- Quer dizer que isto podia ser discutido, o que está aqui podia ser discutido com o Fundo Monetário Internacional e com a Comissão Europeia, como sabem este memorando foi elaborado num tempo recorde e com uma visão muito tecnocrata, muito exterior e pouco conhecedora da realidade social portuguesa. E agora vem aqui a parte mais interessante, que é onde eu digo que a tradução falha muito e não é inocente: “Estas mudanças que entrarão em vigor no início do próximo ciclo eleitoral local, vão melhorar o serviço, aumentar a eficiência e reduzir custos”. Não é isso que está escrito no Inglês, o inglês diz: “will enhance service delivery”, quer dizer “vão melhorar a prestação de serviços” e a prestação de serviços é aquilo que os presidentes de junta promovem às populações, portanto em lado nenhum e era isso que eu gostava de começar a ver explicado, sei como é que se se juntarem várias freguesias se vai poupar dinheiro e continuar a prestar serviços. -----

----- Posso, por exemplo, falar dos apoios aos idosos ou posso falar dos transportes escolares ou pode-se falar de uma diversidade enorme desses serviços. Portanto é preciso saber quais são os reais interesses dessa reforma administrativa. -----

----- Podia, por isso, e devia, o governo apresentar um plano que permitisse a organização das autarquias locais. Não temos dúvida, o Partido Socialista não tem qualquer dúvida, de que é necessário reorganizar o poder local, graças ao poder local o país mudou nestes últimos 36 anos e portanto é natural que a organização do território tenha que ser alterada. Mas, porque, e se a percentagem não estiver correta deve ser próxima, peço desculpa porque não tenho a certeza, não consegui confirmar a tempo, porque noutra medida do memorando diz que o estado tem que gastar menos 15% com o poder local e, portanto, é por isso que é preciso fazer essa reestruturação, segundo o memorando, mas essa reestruturação dos 15% com o poder





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

local não tem nada a ver com acabar freguesias em lado nenhum. A única coisa que diz aqui é que é preciso, o plano tem que reorganizar e reduzir significativamente essas entidades, leia-se: municípios e/ou parishes (paróquias). -----

----- Dessa forma, esse plano deveria, em nosso entender, permitir qual o enquadramento legal para a eleição dos responsáveis autárquicos de cada uma das estruturas, quais são as atribuições e competências dos eleitos locais, qual é o financiamento das estruturas e a forma de controlo na previsão da receita e na execução da despesa. Mas agora sejamos honestos com nós mesmos: todas estas situações, que se encontram atualmente bem definidas no quadro jurídico nacional. A lei de finanças das autarquias locais diz que as receitas não podem ser aquelas que as pessoas querem, estão limitadas pelas receitas dos três anos anteriores ou dos cinco anteriores, não sei muito bem. O que é importante perceber aqui é que o problema não é de leis, o problema é de fazer cumprir as leis, o problema é saber que dívidas têm camaras e que câmaras têm dívidas, não é oito mil milhões e meio de euros, oito mil milhões, não é, um milhão e meio é a fornecedores. É preciso perceber o que é que fazem as câmaras em Portugal e o que fazem as câmaras noutros países. Não é possível, demagogicamente, atirar com números para a população que nós naturalmente como cidadãos, e os que ganham pouco são sempre mais dos que as que ganham muito, comparam com o seu orçamento familiar. Há uns anos era comum ouvirmos queixar na televisão da quantidade de dívidas que o estado devia, por exemplo, às farmácias. Eu prefiro saber de quanto é que é essa dívida, se é de 90 dias, de 180 dias ou se é de 3 anos, o que é muito mais importante, porque o meu problema não é a quantidade da dívida é a qual percentagem é que essa dívida diz respeito. -----

----- E o chavão mentiroso que se usa é que há freguesias a mais. Eu tive o cuidado de consultar uma publicação que foi emitida pela ordem dos técnicos oficiais de contas, em fevereiro passado, há muito pouco tempo, que é o anuário das autarquias locais, que tem um quadro comparativo dos municípios. O número de municípios na Áustria é de 2357, mas deixemos a Áustria que nunca nos traz boas recordações. Na Alemanha é de 11533, a Alemanha tem quatro vezes e pouco a população portuguesa. Na França 3697. Isto são dados que qualquer um de nós pode consultar, não fui eu que inventei. Em Portugal, não estão aqui o número de freguesias, só estão o número de municípios, 308. Mas mesmo que a gente ponha cá o número de freguesias não altera nada o que está aqui posto, isso são coisas diferentes. Agora





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

vamos ver aqui uma coisa muito interessante, porque as transferências para as freguesias são insipientes em relação às transferências dos municípios, portanto nós podemos muito bem ficar, deixar o 0,01% porque essa parte qualquer um de nós aguentava. -----

----- As despesas locais em percentagem do PIB em Portugal, lembrar que estamos com um quadro estratégico de referência nacional em que tivemos o QCA 1, o QCA 2 e o QCA 3 e que, portanto, estamos num país muito diferente da Alemanha ou da França em relação aos últimos 25 anos, as despesas locais foram em Portugal de 7,2%, na Alemanha 8% e na França 11,8%. E os municípios, em Portugal, em 1950, que é outra coisa que se diz, é que as freguesias crescem como cogumelos, os municípios crescem como cogumelos, em 1950 eram 303, e também é mentira que não houvesse mais freguesias em Portugal do que há agora ou mais municípios em Portugal do que há agora. Eu não me lembro, porque não sou desse tempo, mas li que quando na reforma, antes da reforma administrativa de 1830, cada vila era um concelho, sempre que era necessário elevar alguma coisa a vila havia um concelho. É evidente que a forma de funcionar nessas alturas era completamente diferente da que é hoje, mas graças, ou ainda bem que é assim, ainda bem que hoje as populações e cada um dos cidadãos e cidadãs pode expressar essa vontade, já a lei, como disse o Figueiredo e bem, prevê um sufrágio universal e direto, já não é preciso excluir nem mulheres, nem assalariados como era nessa altura para escolherem o seu representante local. -----

----- A posição do Partido Socialista a nível local ou a nível nacional é contra a redução das freguesias, ponto final. Entendemos que em casos específicos é possível reduzir o número de freguesias. Veja-se o exemplo da Câmara Municipal de Lisboa que reduziu de 54 para 23 freguesias. Se fossem capaz de explicar á Troika que nalguns municípios isto é possível de se fazer, mesmo que não se criem freguesias com 50000 eleitores. Esta é muito interessante (porque o memorando de entendimento está cheio de objetividades: x% para aqui e x% para ali), porque é que aqui não tem nada objetivo, porque é não disseram que tinham que cortar 5% ou 10% das entidades municipais, não foi por esquecimento, foi porque se percebe que esse é um fenómeno complexo que precisava de ser estudado calmamente e que 50, 70 freguesias podem ser muitas ou podem ser poucas. -----

----- De facto, esta putativa organização administrativa do território revela uma contínua e paranoica perseguição do PSD e do CDS ao estado papão. O que está em



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

causa em Portugal e no resto da Europa é que o estado é uma entidade que deve ser minimalizada, deve ser reduzida ao mínimo porque isso beneficia as pessoas e essa é uma profunda mentira que nós vamos, se não conseguirmos inverter o rumo dos acontecimentos, pagar muito caro. -----

----- Movidos por uma pulsão de anti participação dos cidadãos na vida política vai de emitir um livro verde da reforma do poder autárquico, já vamos resolver o problema da Troika, fazemos aqui um livro verde e o livro verde já diz como é que desaparecem as freguesias, esse livro diz duas coisas: primeiro: não se preocupem com as questões do financiamento, para isso o governo já criou um grupo local, vocês não precisam de se preocupar, vocês não são suficientemente maduros nem conhecedores para estarem preocupados e emitirem opinião sobre o financiamento local, deixem cá com o governo, sobre o financiamento nós tratamos, sobre o dinheiro nós resolvemos, vocês vejam lá é se conseguem juntar-se. Segundo: há aqui uma matriz que os senhores em Lisboa fizeram que diz assim: há 3 níveis de municípios, uns que têm x habitantes por metro quadrado, outros que têm y e outros que têm z; Rio Maior está nos de nível 3, menos de 1 000 habitantes por metro quadrado. E portanto, para esses, cada um deles, em função de duas coisas, a distância ao centro da sede de concelho e o número de habitantes, vai fazer com que vocês criem uma freguesia. Fizeram isto, passado poucas semanas começaram a perceber que isto era uma bagunçada e começaram a ter as estruturas dos partidos a dizer assim: 'é pá com esta lei a freguesia não sei de quantas vai á vida pá, isso é uma freguesia que é nossa. É pá então temos que mudar isto, vamos fazer outra vez outra lei, já não é bem assim é de outra maneira.' Ou seja, a questão da reorganização administrativa das freguesias pretende fundamentalmente afastar os cidadãos da vida política nacional. -----

----- Portugal é um país ou o país do mundo com fronteiras definidas há mais tempo, Portugal é um país com características geográficas e sociológicas completamente diferentes da maioria dos outros países. Eu arrisco afirmar que não há outro país no mundo com as mesmas dimensões territoriais que tenha condições comparáveis às portuguesas, que tenha aspetos tão antagónicos de diversidade geográfica e sociológica tão acentuada e consiga nesta diversidade tão acentuada, geográfica e sociologicamente, manter o mesmo sentimento de nação que têm os portugueses. -----

----- Nós achamos que a Câmara Municipal de Rio Maior, naturalmente, fruto das relações que tem com o senhor ministro da tutela, está limitada neste assunto. A forma como nós tratámos o assunto até agora, com todo o agradecimento público aos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

funcionários que fizeram o documento, foi através de um trabalho eminentemente técnico. Esta questão não é uma questão de habitantes por metro quadrado, é uma questão de reorganização política e administrativa. E portanto, não estamos de todo de acordo que não tenha havido reuniões do executivo para abordar este ponto e que a senhora Presidente não tome partido claro por aquilo a que há bem pouco tempo atrás chamava “as suas meninas dos olhos”. -----

----- As freguesias precisam de ser defendidas por um executivo forte e por um executivo que ponha os interesses do concelho de Rio Maior acima dos interesses das carreiras individuais de cada um. -----

----- Não é necessário, e vou concluir, nem obrigatória a redução imediata das freguesias por imposição do memorando. Tal como apresentámos no início, isso devia ser negociado com o FMI e com a Comissão Europeia, devia ter sido fruto de uma reforma global que equacionasse o problema da representatividade territorial e o financiamento do poder local, tal como está previsto na Constituição da República Portuguesa, que infelizmente é cada vez mais letra morta. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias – Coligação Juntos pelo Futuro** -----

----- Apresentou cumprimentos a toda a Assembleia Municipal e a todos os presentes.-----

----- “De facto já foi aqui dito e eu também não deixo de me congratular pela existência, ou pela realização, desta assembleia temática. É importante que nesta casa se discutam os assuntos que mais interessam às populações e ao concelho de Rio Maior. -----

----- Esta assembleia não pretende tomar qualquer decisão, muito menos que a mesma seja vinculativa, mas tão só abrir o debate à discussão, um debate que se pretende sério e democrático. Já ouvi aqui discursos desde os mais ou menos emotivos, desde os mais ou menos poéticos, o meu não pretende ser nem uma coisa nem outra. Não tomarei aqui alguma decisão, eu própria nem a minha bancada, não definiremos aqui quaisquer critérios que tínhamos em mente, porque não os temos, porque ainda pretendemos debater muito este tema, e pretendemos inteirar mais em concreto do que virá a ser esta reforma administrativa. -----

----- Este é certamente o debate mais difícil que esta assembleia viu, saibamos nós responder condignamente aos anseios das populações e às necessidades de um país,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

saibamos nós debater este tema difícil com elevado respeito por todas as opiniões ainda que as mesmas sejam muito divergentes das nossas. -----

----- É verdade que o país precisa de reformas profundas e urgentes, tenho contudo, pessoalmente, alguma dúvida que esta reforma administrativa, no que diz respeito às freguesias seja uma delas. Concordo aliás com muito do que já foi aqui dito, quer pela Dr.<sup>a</sup> Júlia quer pelo professor Figueiredo, e também com algum do que foi dito por outros intervenientes que me antecederam. Porém é urgente e necessário que debatemos esta revisão administrativa, já que dificilmente a mesma voltará atrás. -----

----- Concordo também com o que foi dito aqui pelo professor Figueiredo, no que diz respeito aos contributos da assembleia municipal ou das próprias câmaras municipais, tenho no entanto algum receio que se não formos nós a contribuir para esta reforma que a mesma seja feita num qualquer gabinete ministerial em Lisboa tantas vezes feito por pessoas que mal conhecem, já para não dizer que desconhecem o território nacional, e muito menos conhecerão as afinidades, as necessidades, as ligações, usos, costumes, tradições e tantas outras questões de elevada ponderação para que esta reforma seja justa e responda condignamente às necessidades das populações, melhor explicando, que não seja feita à regra da régua e do esquadro. -----

----- Deixemos pois de lado os excessivos bairrismos e as rivalidades tantas vezes ainda existentes dentro das próprias freguesias, consigamos nós entender que para se chegar a acordos é necessário algumas condescendências das partes envolvidas. -----

----- Nesta organização, e do meu ponto de vista porque falo aqui muito mais em nome pessoal do que em nome da bancada que represento, há certos pontos que merecem reflexão, tais como as áreas das atuais freguesias, os equipamentos existentes nas mesmas, as acessibilidades, o número populacional, a evolução demográfica, e até, para não deixar de falar, na perda significativa de alguma população nas referidas freguesias. Não tive a ousadia, tal como a Dr.<sup>a</sup> Júlia de propor aqui algum cenário, essa não é a minha intenção, no entanto devo abordar aqui, como outros já o fizeram, um trabalho que penso ser meritório, um trabalho de uma comissão, que se foi bom o contributo de todos, realmente foi muito mais dos técnicos desta câmara municipal, a quem felicito e agradeço pelo trabalho. Temos hoje um documento que não existia neste concelho, um documento que será certamente histórico e um documento que bem caracteriza todo o concelho, freguesia a freguesia, e que se pretende ser base de um trabalho para o eventual contributo deste concelho para a revisão administrativa. --



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Falou o professor António Moreira que o PS, quer ao nível local quer ao nível nacional, está contra a redução das freguesias, no entanto parece-nos aqui que a memória estará curta, nomeadamente porque o memorando foi assinado pelo PS, o memorando da Troika foi assinado pelo PS, e porque foi o próprio PS quem desde 2005 fala na fusão ou na redução de freguesias. E recordo aqui, nomeadamente António Costa, antigo Ministro da Administração Interna, que em 04/06/2005 dizia que tem de acabar o tábu das fusões das freguesias e dos municípios. Também Eduardo Cabrita, Secretário de Estado da Administração Local pelo PS em 02/11/2006 dizia no mesmo sentido que não faz sentido, e aqui digo exatamente o que ele diz “não faz sentido uma unidade administrativa servir só para passar atestados e certidões”, o que quer com isto dizer é que primeiro que tudo foi o PS que iniciou esta discussão das reduções das freguesias e não o PSD. O PSD, é verdade, que neste momento tem o ónus de executar uma reforma, mas reforma esta que não foi o PSD ou a coligação com o CDS que a iniciou, como já tive oportunidade de dizer desde 2005 que o PS defende a redução das freguesias. -----

----- Pensemos pois em todos os fatores que nos trouxeram até aqui, nomeadamente nas questões que terão levado o PS a iniciar este debate, pensemos pois no memorando assinado com a Troika e desde já aqui, nesta sala, comentada. Perguntar-me-ão se concordo com esta reorganização, não, ou não pela forma como a mesma está a ser feita, não pela urgência que a mesma está a ser feita, não porque considero que esta reforma deveria ser precedida de outras, e como já vimos se a razão for a monetária, já vimos que esta é uma falsa questão, agora que a reforma administrativa das autarquias locais terá ou deverá feita essa é outra questão e aí concordo em absoluto que a mesma deve ser feita, nunca esquecendo os interesses das populações locais, nunca sendo feito à parte as populações locais, nunca estando ou deitando de parte os interesses das populações bem como dos seus representantes, e aqui devo dizer que assino por baixo o que a senhora Presidente da Câmara disse no início desta assembleia temática. -----

----- O debate vai ainda no início e é por isso que aqui estamos tão pura e simplesmente para debatermos um assunto tão complexo e de tão interesse tem para as populações do nosso concelho como aliás de todo o país. -----

----- Embora tenhamos um calendário apertado a verdade é que muito se há a discutir ainda neste âmbito, os senhores deputados, os senhores presidentes das juntas de freguesia, os membros das assembleias de freguesia já certamente receberam um



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

convite feito pela CCDR, para o próximo dia 27 às 15h no auditório da CCDR em Lisboa, pelo que não sendo eu que deverei fazer este convite, acho que era de todo o interesse que o nosso município se fizesse representar no maior número de elementos possível para ouvir e discutirmos este assunto tão premente. -----

----- Ressalve-se agora a leitura que eu fiz da lei 44/XII. Da leitura que fiz deparei, posso estar errada, e também já houve aqui os anteriores membros desta assembleia que se pronunciaram quanto à mesma, e parece-me que nós próprios estamos um bocado equivocados, um bocado baralhados quanto à mesma lei ou quanto à aplicabilidade da mesma lei. Aquilo que me pareceu é que as populações não perderão a sua identidade, assim como não perderão os seus equipamentos que continuaram a pertencer às ditas populações, ainda que fundidas em várias freguesias ou com outras freguesias. Aquilo que me parece que efetivamente haverá é uma perda ao nível dos órgãos autárquicos. Isto foi o que percebi. Sendo verdade que provavelmente será de interesse na discussão que se seguirá a estas intervenções iniciais, salvo seja seguir-se-á um debate de 60m, e será nesse debate certamente que iremos discutir as várias opiniões em relação à proposta de lei.” -----

### ----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Sugeriu no final deste período um intervalo de 10 minutos e disse que iria reunir com os líderes de bancada para ver se estão de acordo com aquilo que foi proposto relativamente a estes 60 minutos de debate ou se há alguma proposta alternativa a funcionar no debate. -----

----- Feita a chamada (anexo 1) e havendo quórum o Presidente da Assembleia deu continuidade aos trabalhos informando que se iria entrar no período de debate entre os diversos grupos parlamentares. Disse ainda que conforme foi referido este período vai ser dividido em três: um primeiro período de 25 minutos, um segundo período de 20 minutos, um terceiro período de 15 minutos. Informou que dependendo do número de inscrições assim será distribuído o tempo pelas pessoas que se inscreverem. -----

### -----**DISCUSSÃO E DEBATE ENTRE OS GRUPOS COM ASSENTO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** -----

#### ----- **PRIMEIRO PERÍODO- 25 MINUTOS** -----

#### ----- **Deputado António Manuel da Conceição Correia – Presidente de Junta de Freguesia de Malaqueijo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- “Já muito foi falado sobre esta reorganização administrativa a nível nacional, nós vamos falar a nível do nosso concelho e eu propriamente da minha freguesia. -----

----- Custa-me, já li imenso sobre o assunto, e custa-me perceber, custa-me a entender onde é que está a vantagem, onde é que está a mais-valia para a minha população, para o país esta reorganização administrativa. Não entendo, porque tudo o que leio, tudo o que eu tento perceber, não vejo mais-valias nenhuma tanto para a minha povoação como para o nosso concelho. -----

----- Somos nós, os presidentes de junta que, eu considero um hobby ao longo dos quatro anos, que prestamos serviços à nossa população, estamos sempre disponíveis 24 horas em prol da nossa gente, em qualquer situação que possa ocorrer nós estaremos lá. Eu digo isto ao nível das freguesias rurais, provavelmente o meu amigo de Rio Maior é diferente, e estamos sempre na linha da frente. Portanto qualquer situação que possa ocorrer nós estaremos lá. -----

----- Somos, como também já foi dito, dos autarcas que não criamos dívidas ao nosso país, penso que os presidentes de junta não temos dívidas como se fala todos os dias na comunicação social e que tanto nos tem feito pagar estas “troikises” que estão a ocorrer no nosso país. -----

----- Somos também, como já disse, os autarcas que trabalham por voluntariado, eu quando digo voluntariado talvez porque gostamos da nossa freguesia, gostamos das nossas gentes, gostamos de realizar ações em prol do nosso espaço. -----

----- Quando vejo este agregar de freguesias, eu já estive, é o segundo mandato, e tenho pedido à população para colaborar com a junta, com as pessoas todas na angariação de verbas, de fundos, de uma série de fatores na colaboração para nós conseguirmos angariar meios para atingir determinados objetivos, e hoje com a agregação das freguesias esses equipamentos ou essas, falo de uma viatura por exemplo, vão ser agregadas a outra freguesia que vai ser constituída. Eu pergunto e as pessoas questionam-me na minha aldeia, o que vai acontecer a uma viatura, o que vai acontecer a tudo o que as pessoas criaram, trabalharam, que deram do seu trabalho, dinheiro, bens, o que vão fazer a essas, a esses bens. -----

----- Eu gostava, para finalizar Senhora Presidente, eu gostava de a ver, de a ouvir dizer que lado é que estava, se da continuidade das nossas freguesias, que não ouvi em lado nenhum se estava do lado das nossas 14 freguesias se era colaboradora ou se era apologista desta reorganização administrativa.” -----

----- **Deputado António José Rodrigues da Costa** -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- “ Começo por citar Rodrigues Sampaio em 1878. Isto é uma coisa, ao longo da história de Portugal, no nosso país, se tem vindo a debater, portanto não é uma coisa nova. E a citação é a seguinte: “ Depois da família (dizia Rodrigues Sampaio) temos uma associação quase tão natural como ela, e que a lei não poderia suprimir sem violentar a natureza das coisas, é a freguesia. Julgar-se-ia uma profanação da administração extingui-la.” -----

----- Portanto nós estamos de novo confrontados com uma situação que é extinguir freguesias, deslocando alguma capacidade de poder, mesmo que seja pouco que as freguesias têm, para órgãos normalmente, como dizia a Dr.<sup>a</sup> Júlia Figueiredo estamos de novo confrontados com a situação da centralização ou descentralização, queremos de facto dar algum poder ou dar mais competências e mais capacidade de intervenção e de decisão a quem está mais junto das populações e pode de facto ser um pólo de impulsionar a participação ativa das populações na resolução dos seus problemas e na criação de políticas que de facto resolvam os problemas locais, e resolvendo os problemas locais, regionais e nacionais, ou estamos de novo a querer retirar centralizando essa capacidade de poder, excluindo as populações na participação ativa nos processos de decisão centralizando, desvitalizando no fundo o poder das freguesias. -----

----- As juntas de freguesia por mais que nós queiramos ou não têm uma capacidade de realizar obra como já foi referido pelos vários intervenientes anteriores, realizar obra de forma mais barata e têm a noção mais objetiva das necessidades das populações e de confrontar e realizar essas obras que são necessárias. Retirando o poder a esses órgãos, fundindo-os, retiram essa mesma capacidade de dar respostas às necessidades locais. -----

----- Por outro lado, queria referir um outro aspeto, reconhecendo a boa intenção da Dr.<sup>a</sup> Júlia Figueiredo de facto em apresentar trabalho no sentido da reorganização do nosso concelho em termos de juntas de freguesia, eu penso que há aqui uma questão que é necessário pôr primeiramente, que é de facto o que é que nós pretendemos com esta reorganização territorial local. Penso que, usando uma expressão do povo, estamos já a trabalhar nesse sentido ou como a Dr.<sup>a</sup> Júlia o fez, estamos a “pôr o carro à frente dos bois”. Eu acho que primeiro é necessário saber o que é que nós pretendemos com uma possível reorganização territorial local. -----

----- Termino exatamente por isso, primeiro é preciso definirmos o que é que nós pretendemos com essa reorganização territorial local tendo em conta o ordenamento



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

territorial, essas questões todas, antes de avançarmos para a questão de fundir esta ou aquela, antes é necessário debater o que é que nós efetivamente queremos com esta reorganização.” -----

----- **Deputada Olga Modesto Sousa Candoso Paula, Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira de São João** -----

----- “ Eu só quero reforçar a minha intervenção pelo seguinte: há pouco foi-nos dito que as freguesias no âmbito da agregação, não perde o seu património e eu vejo aqui na letra da proposta de lei, no seu artigo 7º, que diz que “a freguesia criada por efeito de agregação tem a faculdade de incluir a respetiva denominação, a expressão de união das freguesias, seguidas da denominação de todas as freguesias anteriores que nela agregam”. E depois vem dizer no seu ponto n.º 2 o seguinte: “ a freguesia criada para efeitos de agregação constitui uma nova pessoa coletiva, territorial, dispõe de uma única sede e integra (e sublinho integra) o património, os recursos humanos, os direitos e as obrigações das freguesias agregadas.” -----

----- Ora tanto nós temos lutado, eu na minha freguesia, penso que outras freguesias também, para, e fazendo jus ao nosso falecido Marcolino Nobre, que tanto fez pela minha freguesia, que graças a ele, os terrenos que foram vendidos e agora doados a nós, à freguesia para o bairro social, para o edifício da nossa junta, para o nosso centro cívico que nós temos estado agora a tratar, eu pessoalmente tenho estado a tratar da legalização quer dos lotes, do direito de superfície, como agora dos próprios edifícios, que foi construído pela nossa gente, ver esse património agora ser incluído na outra freguesia, na freguesia de pólo de atração? É isso que eu chamo à atenção, cuidado. O que diz depois o número seguinte é que realmente o que não põe em causa a agregação é o interesse de preservação da identidade, cultural e histórica, incluindo a manutenção dos símbolos das anteriores freguesias, portanto os símbolos heráldicos. -----

----- Isto é uma situação, a letra realmente da proposta de lei diz é que o património vai fazer parte da outra freguesia, ou seja do pólo de atração. -----

----- Portanto é isto só que eu quero chamar à atenção e alertar para esse facto. É muito triste nós estamos perante uma luta tão grande para manter o nosso património e agora vê-lo ser levado para outro pólo de atração.” -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo - Presidente da Junta de Freguesia da Asseiceira** -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- “ Três minutos para mim, um minuto em cada direção. A primeira, ao contrário do que possa parecer eu como autarca mais antigo deste plenário, sou apologista de uma reforma do poder local que preconize o modelo adequado à realidade social portuguesa, que garanta ganhos de eficiência e eficácia para o poder local, que respeite a vontade dos cidadãos, que traduza ganhos para o erário público, que contemple benefícios para as populações e para a organização do poder local, que respeite, no mínimo qualquer lei, a necessidade de trazer legislação reguladora, competências próprias para as freguesias, respetivos meios financeiros e como é que nós nos organizamos do ponto de vista legal. A outra é, não me parece justo que alguma reforma possa ser feita contra os autarcas e contra as populações. Os pareceres têm que ser vinculativos e o desafio da senhora Presidente deixou-me a refletir: fará o que as populações e os seus órgãos fizerem. Então eu vou promover na minha freguesia uma assembleia temática ou extraordinária para votarem ou não, continuam ou não como freguesia e assumimos aqui essa responsabilidade de se todas as freguesias do concelho de Rio Maior votarem não a esta reestruturação a nossa porta voz será a nossa Presidente da Câmara. É isso? -----

----- Ponto dois, muito rápido, política pura e dura. Isto é problema político, esta reforma o que é que visa? Tirar de uma rajada a voz a 20 000 chatos como eu, são os autarcas de freguesia. Depois é o empobrecimento democrático, porque as pessoas, e acreditam que estando mais próximo como presidente de junta e autarca de freguesia, as pessoas que são autarcas de freguesia sabem que em todos os momentos estão em exercício. Ainda agora a chegar aqui, uma ilustre riomaiorense, que faz o favor de fazer a sua vida, uma vida revolucionária porque se dá aos outros, nós temos mais de duas dezenas de famílias que estão neste momento a viver graças à generosidade da Conferência de São Vicente Paulo e entretanto em todos os processos começa a haver oportunismos e agora e aqui encontramos logo uma estratégia e uma reunião para resolver os problemas. É este o porto de abrigo, o melhor amigo, aquele que está sempre, mas não é só para a questão da valeta nem para os atestados, os imbecis que dizem que as juntas de freguesia é só para passar atestados não sabem nem 1% do que é a vida de uma junta de freguesia. Nunca foram tão precisas como agora, nas questões sociais, ainda ontem para medir a tensão, a colesterol e a diabetes estiveram 60 pessoas na junta de freguesia a medir das três e meia às seis e meia, para medir a tensão! Mas para fazer os IRS, e para vir buscar a receita, porque o Ti João leva dez



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

euros para cada lado de Rio Maior à Asseiceira? Então mas as pessoas sabem o que é que estão a trabalhar? -----

----- Bom, a desertificação, toda a gente sabe quem estuda alguma coisinha que seja de desenvolvimento territorial, os grandes centros, com massa crítica fazem aquilo que se chama “ a absorção por cano de esgoto” aos pequeninos, isto é, a atratividade absorve e vejam, a Asseiceira saiu de Rio Maior, o que é que aconteceu? Não levamos nada de Rio Maior, construímos tudo, graças ao povo e ao poder autárquico. As outras a mesma coisa. Mas pior, veja-se as que não passaram a freguesia e queriam, têm vindo a definhir, porque Rio Maior ganhou a atratividade tão grande e a Asseiceira que é a terceira freguesia, que é a que mais cresceu nos últimos 20 anos, porque se tornou mais atrativa. Portanto o problema é político. Não é possível, e toda a gente sabe e que estudam, este tipo de definição de critérios dos mais fracos com os mais fortes são anti coesão social. Os fortes ganham sempre aos territórios mais fracos. -----

----- Depois eu ís terminar dizendo o seguinte, e agora é que é para as pessoas perceberem bem o filme disto, isto tem um filme, começou infelizmente com o PS, na minha opinião, mas começou, há teóricos que defendem teses de doutoramento sobre a redução das freguesias, dentro do PS, e com a infelicidade do processo de Lisboa, que é um processo invertido, começou de cima para baixo, todas as assembleias de freguesia não deram opinião, das pessoas todas responderam sete mil. Portanto o PS infelizmente o PS de Sócrates tem o rabo também entalado neste processo. Mas dizer o seguinte: isto é ideológico, é assim, acabaram nas juntas de freguesia os transportes públicos, acabaram nas freguesias os jardins-de-infância, acabaram as escolas de 1º ciclo, acabaram extensões de saúde, acabaram os correios, acabaram as maternidades no sítio onde eram precisas, acabaram os tribunais, agora acaba a junta de freguesia, porque estes neoliberais tudo o que cheira a público faz azia, para dar em negócio, e este é o objetivo, os serviços prestados pela juntas é para entregar a privados e aos grandes monopólios. Este é um problema ideológico. -----

----- **Deputado Vítor António Duarte Santos** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- “Eu gosto muito de ser advogado do diabo. Que não haja dúvida que este projeto lei é muito importante. É importante pelo menos para uma coisa, permitiu esta assembleia e permite esta discussão toda. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Depois, e eu sou se calhar um bocadinho do contra, porque não sou membro de qualquer junta de freguesia e nunca fiz parte e excecionalmente e se calhar por erro membro desta assembleia, mas há coisas que eu gostava que fosse bem esclarecido que é o seguinte: isto é uma reorganização político-administrativa da nação não é propriamente uma divisão de assuntos que eu já ouvi aqui, muito bem, das juntas de freguesia que fazem uma função social, fazem uma função de voluntariado e tudo isso menos uma gestão política territorial. -----

----- Isto porquê? Porque se fosse comigo, teoricamente e falando em opinião muito pessoal, eu acabava com as freguesias. Mas passo a explicar qual é o sentido, porque eu sou a favor de todas e mais algumas reformas, desde que deem melhores condições a toda a população. E, por exemplo, nos grandes centros urbanos, Lisboa, Porto, Coimbra e algo mais do litoral, não vejo qualquer vantagem haver freguesias. ---

----- No meu entender freguesias ou mais concelhos de aldeões, ou de rurais ou coisa do género estou perfeitamente de acordo, e passo a explicar porquê: enquanto nos grandes centros as decisões para freguesias é uma decisão política baseada em partidos políticos, nas pequenas terras, povoações rurais, por exemplo, aldeias como é o caso da minha, e que nunca foi freguesia, já pertenceu a várias freguesias, não sei se sabem que o Outeiro da Cortiçada, Arruda e Fráguas é das freguesias mais antigas do concelho e as Correias já pertenceram à freguesia das Abitureiras, mas depois voltou, portanto nunca beneficiou de ser sede de freguesia ou coisa parecida. Mas acho que é extremamente importante nas pequenas terras as decisões ou a nomeação dos representantes das pequenas terras não ter muito o vínculo político, mas mais de interesses gerais, de apoio, coisas do género, portanto não passa a ser uma designação política, porque se tiver um conselho de aldeia onde todos se juntam, todos decidem quem os representa e os objetivos com que tem, tem um poder exatamente inverso do que temos neste momento. Neste momento temos um poder central a impor para baixo, de outra maneira teríamos um poder local a exigir para cima e provavelmente num futuro não iríamos ter nem Troikas, nem endividamentos, nem ninguém a mandar em nós, porque não haja dúvida do que estamos aqui a discutir foi acabar-se o dinheiro e alguém emprestou dinheiro e agora está a exigir. “---

----- **Deputada Maria Amélia Simão, Presidente da Junta de Freguesia de Assentiz** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- “De tudo o que ouvi e que já tenho lido sobre a reforma não consigo entender qual é que é o benefício, assim como os meus colegas. -----

----- Assentiz é a mais nova freguesia do concelho de Rio Maior, eu não sou de Assentiz, quando eu vim para Assentiz foi precisamente no ano em que Assentiz passou para freguesia, 1985, e desde então até agora Assentiz fez grandes progressos, portanto embora sendo a mais pequenina tem-se tornado uma aldeia bastante atrativa, muitos casais novos se fixaram lá e até atrativa para os outros concelhos, porque temos inclusivamente crianças do concelho de Santarém, que frequentam a escola do 1º ciclo e o jardim-de-infância de Assentiz. Esses vão deixar de estar, esses e os nossos porque já vão ser retirados, vão para o centro escolar. -----

----- O que é que Assentiz vai trazer de atrativo daqui para a frente? Os serviços de proximidade, se houver a fusão, serão retirados também. Nós, a população ativa, iremos lá dormir, portanto será um dormitório, porque de resto ficam lá os idosos durante o dia, os que ainda conseguem estar porque também não temos qualquer serviço para idosos, o centro de estar também já não tem idosos. Portanto eu penso, e estou de acordo com o Figueiredo, quando diz que deveríamos fazer assembleias de freguesia e deveríamos fazer um referendo à freguesia para saber qual é a vontade dos nossos fregueses. Então depois termos aqui mais assembleia temáticas, como esta que está a ser ótima, e pensar mesmo o que é que nós queremos para o nosso concelho, a melhor forma de entrarmos nesta reforma administrativa local porque temos que entrar mesmo.” -----

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- “O que eu quero dizer é, nem mais nem menos, repetir aquilo que já foi dito. E como já foi dito eu não repito, logicamente porque maçador se tornaria. -----

----- O certo é que 38 anos volvidos após 1974, nós temos vidas já vividas, gerações que, crianças então, agora são adultas e também já têm a sua palavra a dizer, como nós ouvimos aqui e eu própria que o vivi. -----

----- Bem, eu tomei a ousadia de apresentar a minha proposta e tomei pelo simples facto: nós estamos encalhados e o barco não anda, ou seja, temos alguém que veio, chegou aqui, viu e venceu como César, e agora façam assim, porque se não... entendam-se, e vão pedir, estender a mão à caridade. -----

----- O certo é que, e só tenho um parenteses a apresentar relativamente a esse processo que, há um provérbio popular que diz assim: “Depressa e bem não há quem”, efetivamente tudo aquilo que tem vindo a ser produzido para aplicar no terreno



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

é “façamos, façamos, façamos porque há um calendário”. Realmente. estamos apertados, apertadíssimos para satisfação dessas almas caridosas que vieram cá e se impuseram. Quem é que teve a culpa? Já disse há pouco, todos e ninguém. -----

----- Estou a falar em ironia entenda-se. -----

----- Relativamente e só para acrescentar que a carta europeia da autonomia local deveria ser cumprida, assim como outras coisas deveriam ter sido cumpridas, e não o foram, nem estão a ser, e provavelmente muitas outras em carteira, as teremos submissamente (?) que aceitar, porque despacho assim é: El Rei manda. -----

----- Ora isto é outro sacrifício pelo qual nós, neste caso o nosso concelho tem que passar. Lamentavelmente temos que passar e sinceramente eu digo que aceitaria de bom grado a continuação das nossas 14 freguesias. Se elas têm trabalhado tão proficuamente na mão e sob a direção de homens bons, assim deveria continuar, mas há quem ordene e portanto lá vamos nós submissamente aceitar. -----

----- Foi nessa base que apresentei uma proposta de reorganização e não foi à revelia, mas foi por sentir a necessidade de uma noca reflexão, assumo por completo essa responsabilidade. Penso que não vai daí mal ao mundo. Foi as vantagens e as desvantagens cada um tira as que quer e se nós bem pensarmos será melhor sermos nós a decidir, do nosso próprio futuro, do que delegar em alguém que não nos conhece, que não conhece a nossa realidade, os nossos hábitos, as nossas tradições, os nossos costumes, o pão de milho de que se gosta de comer com azeitonas; se calhar só agora eles o descobriram e sabem-lhe o gosto, antes era pão grosseiro, pão de gente pobre, agora é de ricos. -----

----- A terminar, senhor Presidente, realmente paróquias nós não temos, temos a do senhor Padre Diogo, não é?” -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- “Um poeta popular muito conhecido tem uma quadra que diz mais ou menos assim: “A mentira para ser boa e trazer profundidade tem que trazer à mistura um pouquinho de verdade.”. É o que se passa neste momento aqui. É preciso acabar com as freguesias, eu vou responder à Dr.<sup>a</sup> Carla Dias pelo que disse. O PS assinou o memorando da Troika, a forma porque o memorando de entendimento com a Troika foi assinado e as razões a história se encarregará de julgar e deixemos à história esse especto, e essa situação tem responsabilidades, o PSD e o CDS o Bloco de Esquerda e a CDU, e ainda hoje aqui assistimos a esse aspeto, é que as pessoas para manterem o seu protagonismo gostam sempre de bater no PS. É o azar de estar numa





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

posição que como dizia um político de renome internacional: “aqueles que são atacados à direita e à esquerda talvez sejam aqueles que têm razão”. Portanto eu gostava de dizer à Dr.<sup>a</sup> Carla Dias o seguinte: primeiro quem assinou o memorando de entendimento foi o PS, o PSD e o CDS. Não se pode assinar memorando de entendimento antes das eleições e dizer ao povo que se assinou o memorando de entendimento e depois vir dizer que se assinou o memorando de entendimento, mas quem assinou foram os outros, vocês é que foram os culpados! Portanto eu não, e peço a sua compreensão que este é um aspeto à margem desta discussão. O défice em 2011 foi 5,9%, o défice quando o PSD saiu do governo era 8,9% e já não estamos a contar com a diferença dos critérios do défice, portanto por aí a história se encarregará de fazer a diferença que o défice era assim tão grande, o défice em 2011 foi 5,9% e esquecer e ter um Presidente da República que esquece e que faz um apelo à revolta no discurso de posse e que esquece que a crise é internacional e diz deixem as pessoas, deixem as agências de rating fazer o seu trabalho, é demagógico.

----- Sobre a questão das freguesias, o PS acha que a reforma local é fundamental, confundir reforma local com acabar as freguesias é demagógico e cabotino, como já disse aqui o Figueiredo, e o PS também disse isso. Mas não disse só, o Secretário-geral do Partido Socialista depois de ter sido eleito em julho disponibilizou-se para fazer, com o Governo, uma reunião, várias reuniões, para fazer a reforma autárquica. Resposta: zero. Portanto quando eu digo que a nível local e a nível nacional freguesias ponto, é preciso perceber-se neste contexto, daí a minha introdução inicial.

----- Vou já terminar com a seguinte coisa: a verdade é que nós dissemos que eramos contra, o que tem à mistura é que somos contra porque esta reforma é uma reforma que só visa acabar com o estado papão. -----

----- Eu vou ler o que tenho aqui para terminar: esta reforma acentua cada vez mais as diferenças entre o litoral e o interior, entre o urbano e o rural, com as devidas consequências no setor de produção agrícola, ao tirarmos as populações de fora das freguesias e ao tornarmos as freguesias em urbanas que é o que fazemos concentrando-os, nós estamos a acabar com a produção agrícola, e isto interessa e tem interesses muito superiores aqueles que querem fazer ver às pessoas que tem a ver com o centavo da freguesia ou com os eleitos. -----

----- Depois falarei noutra perspetiva sobre a questão dos partidos e do controle das freguesias como o Dr. Vítor Santos teve o cuidado de falar também.” -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- “Dando aqui uma resposta em relação ao artigo 7º que a Dr.ª Olga falou, diz o artigo 7º que “dispõe de uma única sede e integra o património”, isto é de facto o que diz a lei. Agora não nos esqueçamos que o património continua a ser das populações locais. E se verificarmos agora, já e então na atualidade, e vejamos por exemplo o exemplo da freguesia de Rio Maior, o caso de Vale de Óbidos, Abuxanas e poderíamos dizer Azinheira e outros locais, a quem pertencem as respetivas associações nestas localidades? A quem pertencem as respetivas comissões? A quem pertencem os respetivos equipamentos que lá estão? São das populações locais, não se pode dizer que são da efetivamente ou só da freguesia ou das populações da freguesia, são das populações locais, e era nesta perspetiva que há pouco disse. -----

----- Quando também falei na perda de identidade referia-me ao n.º 3 do mesmo artigo, que diz “a agregação das freguesias não põe em causa o interesse da preservação da identidade cultural e histórica, incluindo a manutenção dos símbolos das anteriores freguesias”, era a isto que me referia e portanto a Dr.ª Olga quis referir-se à minha intervenção anterior. -----

----- Esta revisão ou reorganização administrativa, como assim é chamada, é óbvio que tem que ser sempre feita e só assim se admite que seja feita com as populações e com os presidentes de junta e com critérios bem definidos. Eu entendo que alguns critérios, e aliás eu já disse alguns critérios que considero relevantes para que seja possível com alguma justiça que se faça esta reorganização. -----

----- Em relação, e não é, esta assembleia temática, não é só entre mim e o professor Moreira obviamente, mas ele responde-me e eu terei que responder obviamente. -----

----- Em relação ao professor Moreira tenho duas coisas a responder: uma, porque há pouco acabei por não referir, foi quando o senhor professor Moreira disse que a senhora Presidente não vai fazer nada atenta a relação com o Ministro da tutela. Contudo o que entendi das palavras da senhora Presidente é que estaria ao lado das populações locais e aquilo que as populações locais defenderem, será aquilo que a senhora Presidente defenderá certamente. Uma coisa são as amizades e outra as responsabilidades que cada um de nós temos. Eu posso, e sou, muito amiga pessoalmente dos mais variados elementos desta assembleia, incluindo o senhor professor Moreira com quem pessoalmente me dou extremamente bem, no entanto isso não impede que politicamente, ou que até em outro tipo de opiniões não



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

tenhamos as nossas divergências, e isto não quer dizer que não façamos condignamente, cada um de nós, o nosso respetivo trabalho. -----

----- Quanto ao memorando da Troika o mesmo foi assinado, ou foi negociado, com o PS e os elementos da Troika, depois foi assinado num entendimento com o CDS, o PSD e basicamente o PS. A história de facto professor Moreira vai dizer as razões pelas quais chegamos à necessidade de intervenção da Troika, será de facto a história que irá ditar as conclusões e as razões porque hoje chegamos aos ponto a que chegamos. -----

----- O PSD e o CDS estão em exercício de funções governamentais há apenas 8 meses senhor deputado professor Moreira, e não há 8 anos. É bonito dizer-se quer nesta sala que noutros pontos que a culpa é sempre dos outros. O senhor professor Moreira veio aqui alegar que a culpa é do PSD, é da CDU e do Bloco de Esquerda, mas nunca referiu que a culpa é do PS. É bonito dizer-se que a culpa é sempre dos outros e nunca nossa.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu por encerrado o primeiro período de debate e discussão e abriu as inscrições para as intervenções do segundo período. -----

----- **SEGUNDO PERÍODO- 20 MINUTOS** -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo - Presidente da Junta de Freguesia da Asseiceira** -----

----- “Eu não vou rebater a ideia do meu amigo e ótimo riomaiorense e excelente profissional, Dr. Vítor Santos, porque a forma como ele colocou as questões exige uma discussão mais profunda, certamente que quando o diz que era de acordo com o acabar das freguesias é porque tem na cabeça um outro órgão mais eficaz e mais próxima das populações, por isso não vou falar sobre isso. Também não vou entrar na discussão de a culpa é minha a culpa é tua, porque eu acho que o PS, o PSD e o CDS têm todos culpa, estão há 35 anos no governo, não venham agora dizer que é do CDU a culpa, vamos lá a ver. -----

----- Eu, certamente que é a minha última intervenção da tarde, acho que nós estamos, depois desta discussão, em melhores condições do que estávamos à partida, apesar de achar que o debate devia ser mais profícuo e que muitos de nós atendendo a uma responsabilidade que temos, que não é uma responsabilidade qualquer, que é o facto de estarmos vinculados democraticamente a quem nos elegeu, que devemos merecer esse nobre preceito que é ter a felicidade que é poder ser



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

porta-voz dos fregueses e dos eleitores do Concelho de Rio Maior. Esse é o traço mais sublime da democracia e tenho a ideia que nós devemos merece-lo e fazer por merece-lo, defendendo essas aspirações, e tornando a vida pública e vida política como a ciência e como a prática, para que as pessoas e as populações vivam melhor e construirmos um Portugal mais sólido, mais solidário e mais fraterno e certamente mais feliz. E para isso são preciso todos. O contraditório é fundamental para sair daqui a luz. -----

----- Vou terminar senhor Presidente deixando um apelo à responsabilidade individual e coletiva de cada um nós enquanto eleitos e enquanto órgão autárquico. -----

----- Caros autarcas, muitas freguesias têm morte anunciada. Enquanto estão vivas devem lutar contra essa sentença. A morte das freguesias não pode ser o prémio de um trabalho que é inigualável ao longo de tantos e tantos séculos de história. É preciso que de entre todas as freguesias do concelho de Rio Maior, do distrito de Santarém e de Portugal exista solidariedade. Não pode haver entre nós freguesias de primeira, de segunda, ou as nobres e as menos nobres, as rurais e as urbanas. Hoje queridos amigos presidentes de junta, ser presidente de uma junta urbana é tão difícil ou mais do que ser de uma zona rural, os conflitos, as dificuldades, a falta de meios financeiros são tantos e tamanhos, que quem fala com pessoas, presidente de junta e executivos percebem que é muito difícil. Têm problemas diferentes, não têm a ver com os nossos, mas são muito difíceis. -----

----- Gostava de vos apelar à participação e à luta contra à inevitabilidade. Vocês sabem como eu sou, conhecem-me, sabem a minha coerência, sabem o projeto que represento, e também sabem que eu acredito que a luta pelos direitos é o caminho, e o autarca que se resignar ficará para a história como um fraco, e o fraco a história não conta. -----

----- Quero apelar a todos os autarcas de freguesia, juntamente com a ANAFRE, que participem numa manifestam exemplar em Lisboa dia 31, que seja representativa e elevada, onde o povo se reveja e mostre as suas tradições, onde as freguesias se afirmem pela sua capacidade mobilizadora na defesa dos genuínos interesses das populações. Acho, acha a ANAFRE, que todo o autarca responsável terá consciência de que hoje, agora, é o tempo de se fazer ouvir, todo o autarca consciente sentirá que a presença de cada um e a presença de todos é a força de Portugal, não há tempo para perder, nem força a desperdiçar, apelo a todos que participem, porque a história só falará dos que sobreviverão.”-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

### ----- Deputado António Manuel da Conceição Correia – Presidente de Junta de Freguesia de Malaqueijo -----

----- “É só dois apontamentos. Já foi aqui dito também, mas quando Malaqueijo se desvinculou de São João da Ribeira, que era a freguesia a que nós pertencíamos, nós não trouxemos nada de lá, portanto o património, inclusivamente as pessoas que faleceram e que foram enterradas no cemitério de São João da Ribeira, foram levadas para Malaqueijo, o terreno não foi pago. E hoje se nós formos agregados a uma outra freguesia, alguns bens serão levados, pelo que diz a lei. -----

----- Também, apenas lembrar que estou a gostar desta assembleia temática, mas pensei que fosse mais objetiva e dá-me a sensação que está tudo muito “soft”, dá-me a sensação que já está tudo definido ou pré-definido, estamos aqui só numa de reuniões.” -----

### ----- Deputado António José Rodrigues da Costa -----

----- “Senhor Presidente, sem pretensões, mas vou de novo fazer uma viagem no tempo, 1858, Alexandre Herculano: “quereis encontrar no governo central, do berço à cova, encontraí-o por todas as fases da nossa vida, raramente para vos proteger, de continuo para vos incomodar, nada, a bem dizer se move na vida coletiva do povo que não venha de cima um impulso ou que pelo menos o governo se não se associe a esse impulso”, dizia Alexandra Herculano, “isto é impossível que seja racional, sensato, essa imensa tutela de milhões de homens por seis ou sete homens é forçosamente absurda, deve de haver um dia em que a sociedade como os indivíduos chegue à maioridade”. -----

----- Passando para a atualidade, creio que as palavras de Alexandre Herculano em 1858 estão perfeitamente enquadradas nesta situação em que nos encontramos e da qual somos confrontados. Mais uma vez o poder central, o governo central, quer-nos impor, seja com a desculpa do memorando da Troika ou não, há uma coisa que nós temos de fazer é, os portugueses têm que decidir e tomar em mãos o seu futuro, seja na questão das autarquias, das freguesias, da reorganização territorial, etc., etc. -----

----- Não podemos, em nome de um memorando de entendimento, abdicarmos da nossa própria vontade, não podemos deixar aos outros, tal como a Dr.<sup>a</sup> Júlia dizia, deixar aos outros que decidam por nós, temos de ser nós, efetivamente, o que queremos. E aquilo que parece neste debate é que há uma ideia que já é comum, todos nós de uma forma ou de outra consideramos que nada está mutável, tudo é imutável, tudo pode ser transformado, reorganizado e reformado. Agora temos é que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

definir exatamente quais são as nossas posições, e nós não vamos definir a nossa posição, é o inverso, é tempo de neste momento definirmos exatamente o que é que pretendemos, o que é que queremos, se queremos uma reforma administrativa do território, temos que definir efetivamente que reforma é essa, esta não é uma reforma, isto é uma pretensa reforma, isto é destruir, isto é extinguir, isto é o poder central pura e simplesmente decidir que acaba com as freguesias. Não pode ser, não podemos permitir semelhante situação, não podemos voltar as costas às pessoas que nos elegeram, não podemos voltar as costas às pessoas que nos deram a sua própria confiança. Nós assumimos compromissos, e temos que assumir os compromissos até ao fim, defender aquilo que existe. É que uma reforma de facto do território, uma reforma administrativa do território implica muito mais coisas do que a simples freguesia. A freguesia, como alguém que já disse, é o elo mais fraco, por isso é a primeira a ser atacada, porque se fossem atacar os concelhos tinha uma outra força que se iria resistir, portanto começa pelo elo mais fraco que são as freguesias.-----

-----Nós não podemos permitir que o poder central nos imponha esta situação, isto não é nenhuma reforma, a reforma administrativa do território implica outras coisas para além da freguesia, implica os concelhos, implica as CCDR que são instituições nomeadas, não são eleitas, decidem, são nomeadas pelo poder central, é uma intervenção direta do poder central nas regiões, nos concelhos, nas freguesias também, uma reforma administrativa implica tudo isso e muito mais, implica de facto a questão da regionalização. -----

----- Eu terminava reforçando aquela ideia inicial, nós temos que ouvir as populações, as pessoas, não temos que ter medo da sua própria decisão, vamos inseri-las no processo decisório, e portanto temos de consultar as freguesias, as assembleias e as populações das freguesias, e não podemos simplesmente descartar, temos de ter a nossa posição de decidir, mas decidir com as pessoas e respeitar a sua própria decisão.” -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- “Eu não vou tornar isto numa discussão de parada resposta, queria apenas salientar dois aspetos. Primeiro em relação aquilo que o Dr. Vítor Santos, aquilo que eu não disse da outra vez e que guardei para esta intervenção tem a ver com aquilo que de facto as pessoas devem ter a coragem de dizer. A democracia faz-se com partidos políticos, pelo menos não se conhecem outras formas que tenham subsistido que não tenham sido feitas com partidos políticos. E estou em crer que mesmo os





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

movimentos que se têm criado ao nível autárquico têm olhos para a nossa casa, mostrando que os interesses são muito mais do ponto de vista pessoal e de ligações políticas do que de cidadania, pesa embora poucas e honrosas exceções. -----

----- Eu estou de acordo com o que diz o Dr. Vítor Santos, se calhar há uma certa pureza de decisões, quando elas são mais feitas no concelho da aldeia do que quando são instrumentalizadas, e é exatamente por isso que é fácil acabar com as freguesias, não há nenhum partido político, nem grande nem pequeno, que tenha conseguido concorrer a todas as freguesias do país. Há sempre algumas, que por uma razão ou por outra, os partidos não conseguem lá pôr listas, ou porque a lista do partido opositor é muito forte ou porque os simpatizantes daquele partido não estão disponíveis, portanto é muito interessante perceber essa parte e eu aí estou de acordo consigo, mas isso não pode significar uma ingenuidade de que se acabássemos com as freguesias teríamos uma vida melhor, não é isso que pretende. -----

----- Gostava também de dizer que eu não falei aqui em culpa. Eu falei na responsabilidade. A responsabilidade, como a senhora Dr.<sup>a</sup> sabe muito melhor do que eu, é bem diferente da culpa, que será julgada pela história, porque por muita demagogia que se faça, os culpados são julgados pelos tribunais, pela lei, não são julgados pela correio da manha, o correio da manha não julga pessoas, frita pessoas, eu estou a ler o Correio da Manhã, porque é assim que se lê na internet, frita pessoas na praça pública, mas lá chegará o tempo daqueles que estão agora nestas circunstâncias, porque quem alimenta esse tipo de fogos sujeitasse a ser queimado nas profundezas do fogo do inferno. É assim que tá escrito e é assim que assim será. Portanto cuidado quando nós queremos aligeirar responsabilidades. -----

----- Eu já disse que aqui a questão e a assembleia temática é sobre freguesias, enquanto não houver uma reforma administrativa sobre o poder local, que seja de alto a baixo, não faz nenhum sentido acabar com nenhuma freguesia. Agora é importante e é determinante, e nós não podemos ter um pé no barco e outro pé no cais, porque quando o barco se afasta a gente caí à água, ou então parte as pernas, que os responsáveis políticos locais tomem posição Fico contente por a senhora dizer que daqui para a frente a atitude da senhora Presidente de Câmara será em função da vontade das populações, porque até agora, eu vou voltar a dizer, o que nós ouvimos dos responsáveis do executivo sobre este momento do ponto de vista público foi zero, e eu fico contente por saber que isso vai ser mudado.” -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- “Senhor Presidente, eu vou prescindir da minha intervenção neste momento.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu por encerrado o segundo período de debate e discussão e abriu as inscrições para as intervenções do terceiro e último período. -----

----- **TERCEIRO PERÍODO- 15 MINUTOS** -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- “ Senhor Presidente para terminar quero apenas reiterar as minhas felicitações pela realização desta assembleia, dizer-lhe que acho que este trabalho deve continuar noutros fóruns e noutros âmbitos de forma a tornar mais alargado, autocriticar-me e lamentar que infelizmente as populações não acedam a estes fóruns, aquilo que é importante, o que nos retira muita força para podermos agir e eu espero que seja possível noutras alturas fazer isto com maior participação dos cidadãos e das cidadãs de forma mais descomprometida que o sistema político. -----

----- E quero apenas dizer que nas alturas difíceis os interesses nacionais e os interesses do concelho devem ser postos à frente de todos os interesses. E é isso que eu espero, que cada uma das forças políticas, e cada um dos responsáveis das forças políticas seja capaz de fazer nesta altura difícil para a vida do país e do concelho.” -----

----- **Deputada Olga Modesto Sousa Candoso Paula, Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira de São João** -----

----- “ Eu só queria fazer mais um alertazinho da vinculação da assembleia municipal que está aqui neste diploma, neste projeto lei, da assembleia municipal, porque vem dizer no artigo 9º do reforço das competências e recursos financeiros, que há um majoramento de 15% para a freguesia que for agregada, mas vem logo um artigo fazer a exceção e dizer que “sem prejuízo do número anterior, a participação de fundo de financiamento de freguesias da freguesia criada por agregação, é aumento em 15% até ao final do mandato seguinte à agregação”, mas depois o n.º 5 vem logo dizer “excetua-se do disposto do número anterior a criação de freguesias por efeito da agregação que não resultem da pronuncia da Assembleia Municipal, conforme os princípios e parâmetros de agregação previstos na presente lei, não havendo nestes casos lugar a qualquer aumento de comparticipação do FFF”. -----

----- Isto quer dizer que a Assembleia Municipal tem sempre que se pronunciar, porque se for criado à margem da assembleia municipal essa freguesia de agregação não receberá os 15% de majoramento.” -----

----- **Deputado António José Rodrigues da Costa** -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- “ Bem como estamos na parte final deste nosso interessante debate, termino fazendo um apelo. E o apelo é no sentido de facto de envolvermos e darmos a palavra aos mais interessados em todo este debate, que são as pessoas concretas em cada freguesia. Essas é que são as mais interessadas de todo este debate e portanto na nossa perspetiva, na minha perspetiva, todos os autarcas têm aqui um tempo de decisão e um tempo de decisão que é de facto levar este assunto a todos, a todas as pessoas, a todas as cidadãs e todos os cidadãos da sua freguesia, até porque são pessoas conhecidas, as nossas freguesias não são assim tão grandes que não tenhamos tempo suficiente e capacidade de mobilizar as pessoas para se opor a esta pretensa reorganização territorial. -----

----- É esse o apelo que eu faço, é essa a perspetiva que nós temos, de facto não podemos admitir esta imposição do poder central. Estamos abertos a uma reforma administrativa, mas não esta pretensa reforma. É preciso ir, se queremos uma reforma temos que aprender com aquilo que efetivamente já existiu ao longo destes 37, 38 anos. Temos que retirar e avaliar aquilo que já foi feito e aquilo que é preciso corrigir, e não uma coisa feita a martelo, desculpem a expressão, mas sim com cabeça, tronco e membros. Isto não é efetivamente uma coisa séria, e portanto temos que nos opor a esta pretensa reforma e temos que assumir as nossas responsabilidades e incluir nessa decisão as pessoas concretas, as que são aquelas de facto estão aqui no centro de tudo isto.” -----

----- **Deputado Vítor António Duarte Santos** -----

----- “Senhor Presidente eu queria dizer uma ou duas palavras, se calhar sem grande importância, mas eu aproveitei esta assembleia mais fora do protocolado, portanto uma discussão aberta, e quando introduzo o tema de retirar a designação de freguesias tinha como função duas coisas: criar um certo impacto no conceito de ouvir mais presidentes de junta falarem. Não consegui propriamente o meu objetivo. -----

----- O segundo objetivo era só dizer: cuidado porque neste momento está na nossa mão um documento que temos que ser nós a discutir, a decidir o que é que queremos, porque se não vai-nos ser mesmo imposto.” -----

----- **Deputado Luís Filipe Santana Dias - Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- “Em primeiro lugar gostava de dizer claramente a toda a assembleia que não concordando com a totalidade do modo como está delineada esta reforma, concordo e creio que concordamos todos que é inevitável uma reforma autárquica, uma reforma, uma reorganização administrativa do país. E neste sentido dizer-vos que o que direi de seguida é partindo do princípio, e aqui discordo de alguns bons amigos que tenho que me têm dito o contrário, que este projeto de lei será como que inevitável. Portanto e é desse princípio que vou partir para o que vou dizer a seguir. E acho importante passar o testemunho do que é ser presidente de junta da Junta de Freguesia de Rio Maior, que será completamente díspar ou muito diferente da grande maioria das juntas de freguesia do nosso concelho. E aqui farei, por ventura, o papel de advogado do diabo, pelo que entendam esta minha posição. -----

----- A freguesia de Rio Maior, para quem não conhece, é composta por 39 lugares e 11 bairros. Há alguns destes bairros mais populosos e maiores do que algumas freguesias do nosso concelho, e não entanto cada localidade e cada bairro da freguesia que tenho a honra de presidir, continua ter sua identidade própria, continua a ter as suas gentes e os seus costumes, e no entanto também, não perdem a identidade enquanto freguesia. -----

----- Em jeito de brincadeira, e dirigindo-me ai professor Moreira, gostava de lhe dizer que já uma vez trocamos aqui umas palavras engraçadas pelo facto de Rio Maior ser uma freguesia, por ser tão grande e por servir tanta gente, ser uma freguesia rica, foi as palavras utilizadas pelo professor Moreira na altura. Eu lembro-me na altura, desafiei o professor Moreira, em jeito de brincadeira também, que lhe mostraria com quantos paus se fazem uma canoa. Não é por aí, mas se há assim tanta facilidade em gerir freguesias maiores, se é tão vantajoso ter freguesias mais populosas, se é tão vantajoso a difícil tarefa que me cabe a mim e à minha equipa, porque não tornarmos todos com freguesias mais fáceis de gerir. -----

----- Depois, e como sabeis concorri independente numa lista PSD com o qual me identifico totalmente, e não é por isso que não aponte algumas críticas ao PSD, mas aqui assumo que o risco político-partidário desta situação é todo, ou na sua grande parte do PSD, isto porque é o maior partido, com maior representação autárquica do país e tem todo o interesse em respeitar, se virmos isto do ponto de vista partidário, em respeitar os seus autarcas, e eu encontro respeito pelos autarcas de freguesia nesta politica. O que eu não encontro é respeito e já entrando um bocadinho na conversa PS-PSD, o que eu não consigo perceber é que um ministro do governo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

anterior tenha entendido os presidentes de junta como “boys”, se se recorda uma frase dita por um anterior ministro “No more money for the boys”, isto é que eu não percebo.

----- O professor Figueiredo utilizou uma expressão que eu percebo porque o conheço, mas seguramente que quem não a saiba ler nas suas palavras poderá ficar ofendido. É que, diz o professor Figueiredo, que nunca mais os autarcas de freguesia que contribuírem ou tomarem posição nesta reforma, nunca mais serão eleitos. Pois é, aí está a diferença entre estadistas e políticos. Os políticos preocupam-se com as próximas eleições e os estadistas com as próximas gerações. E eu acho que é uma fase em que temos que nos preocupar com as próximas gerações e aqui divergimos as nossas posições. -----

----- Eu gostava só de vos deixar que creio que fomos democraticamente eleitos para representar a nossa população, acho que a auscultação da população é essencial, mas acredito que se não tivermos um papel ativo, seja para que lado for, e aqui todos temos o direito de tomar posição, não decidir ou não ajudar a decidir é demitirmo-nos das nossas funções. Dizia Francisco Sá Carneiro que “ a democracia é difícil e é exigente, mas dela não nos demitiremos”. Era isso que pedia a todos. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- “ A bancada da Coligação está ao lado das populações e é isto que queremos que fique ressalvado desta assembleia. -----

----- Esta reforma é inevitável, já aqui se disse, mas tal como acabou de dizer o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Rio Maior, e eu na minha primeira intervenção também o disse, defendo que deve haver um papel ativo das populações e dos órgãos autárquicos deste concelho, no sentido de contribuírmos para que esta reforma seja o mais justa possível para as populações do nosso concelho. Não nos demitamos pois das nossas responsabilidades, pondo a responsabilidade noutra que pode não socorrer às necessidades a que pretendemos. -----

----- O trabalho no sentido desta reforma melhor responder às necessidades das populações e que seja profícuo e que continue ou melhor é meu estímulo que continue neste fóruns e eventualmente novamente nesta sala. -----

----- A democracia não é feita pelos partidos, já alguém disse isto e eu reafirmo, mas sim pelas populações, há que respeitar a vontade e as necessidades destas. Devo dizer que este foi um debate interessante, embora, confesso, que esperava uma maior participação da população, esperei inclusivamente ter uma sala cheia, o que infelizmente não aconteceu. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Quanto às intervenções anteriores e aos presentes nesta sala, quer sejam presidentes de junta quer deputados municipais, dou os parabéns a todos pela elevação das intervenções tidas nesta assembleia. -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo - Presidente da Junta de Freguesia da Asseiceira** -----

----- “Era só para responder à assembleia e de forma indireta ao meu companheiro Presidente de Rio Maior. Eu mantenho-me ativo e à tona de água na vida pública riomaiorense desde 1979. Nunca recebi dinheiro para fazer política, nunca. Pago para fazer política, estou para servir a causa pública e os meus recados são dentro da consciência que tenho de que aqueles que ficarem vinculados à liquidação das freguesias do nosso concelho, não voltaram certamente a ser eleitos. -----

----- E isto é a posição maior de estadista, que é avisar os incautos que os perigos estão aí. É modestamente esse contributo que fiz, que faço e que farei, e nunca terei a ousadia de me comparar ao Winston Churchill ou a Francisco Sá Carneiro. Eu acho que hoje é o momento dos presidentes de junta, dos autarcas de freguesia perceberem exatamente o que está em jogo, e o que está em jogo não é bom para as populações nem é bom para as freguesias, incluindo as maiores, porque é bom perceber que o estudo feito, os vários estudos feitos, para Rio Maior não ser extinta, já foi preciso passar a rural. É estudarem bem os documentos. -----

----- Muito obrigado senhor Presidente pela forma que conduziu os trabalhos, e tal como lhe disse e continuo a dizer felizes dos regimes que são democráticos e permitem o contraditório e esse contraditório nunca é superior à amizade que nutro por si.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu por encerrado o terceiro período de debate e discussão. -----

----- Disse ainda que como todos tinham conhecimento, não estava previsto mais nenhuma intervenção por parte do executivo municipal, nomeadamente da senhora Presidente de Câmara, mas que face a algumas questões que foram colocadas diretamente à própria, e por esta ser uma assembleia essencialmente de cariz político entende que essa oportunidade lhe deverá ser dada. -----

----- Informou de seguida que após consulta aos promotores desta assembleia todos manifestaram anuência a que fosse dada a palavra à senhora Presidente de Câmara para poder responder às questões que em concreto lhe foram colocadas, se assim o entender, após o que, e de imediato, deu a palavra à mesma. -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

### ----- Presidente da Câmara Municipal -----

----- “Senhor Presidente, tomei conhecimento um minuto antes do que o iria fazer, mas algo ficaria por dizer. E a primeira resposta, e vou ser muito breve, vai dirigida a um senhor presidente de junta que diz de que lado estou, e eu respondo: eu estou do lado dos autarcas e da população, foi essa a minha intervenção. Até parece que não ouviu a minha intervenção inicial. Eu fui presidente de junta, eu estive como presidente de junta durante um mandato e disse perante todos aqueles que o são, e o foram e continuam a ser à muito mais tempo que eu. É evidente que têm muito mais legitimidade que eu para o fazer. Eu sei o que é, e sei o que foi, e não é por ouvir dizer, por demagogia, nem por ler nos livros, eu senti o que era ser presidente de junta e hoje associo e alio às funções que tenho enquanto presidente de câmara. -----

----- Disse também que a câmara não ía apresentar, por mim, nenhuma proposta autónoma. Disse também que a câmara estaria disponível, e agora dou resposta ao senhor presidente de junta de Asseiceira, eu disse também que estaria disponível para subscrever e para encaminhar as vossas propostas. -----

----- De acordo com aquele documento “Ribatejo. Freguesia Sim”, uma das vossas pretensões e dos vossos propósitos é que as freguesias sejam ouvidas, que as assembleias de freguesia, as juntas de freguesia o sejam, e é nesse seguimento que eu digo: eu estou aqui para vos apoiar e para vos encaminhar, e lamento que os senhores presidentes de junta não tenham trazido as vossas populações para ser mais fácil a comunicação que vocês devem fazer nas vossas freguesias. -----

----- Segundo, não se confundam as situações, a proximidade que eu tenho ou não ao governo, nesta matéria não coloquem em cima de mim essa responsabilidade de eu criar um regime de exceção para o concelho de Rio Maior. Eu gostaria. Trabalho todos os dias para ter um concelho melhor, mais justo e diferente, mas diferente ao ponto de o conseguir excepcionar desta reforma, eu não sei, não vos posso garantir. -----

----- O que eu vos posso garantir sim é que, e segundo as informações e segundo todos os debates que vamos tendo e que vou ouvindo e procurando por ter, e lembrem-se que foi, e agora permitam-me que o fale que eu sou aqui presidente de câmara, eu sou a presidente de câmara, sou a presidente de câmara eleita democraticamente em outubro de 2009 neste concelho, e é perante esta comunidade que eu tenho que responder. Independentemente de outras funções políticas, eu comecei por dizer, concordem ou não, que esta discussão deve ser entre autarcas e não entre políticos, entre autarcas em primeira instância, e reforço não coloquem na



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

minha pessoa outras responsabilidades que quem tem que as ter é a Associação Nacional de Municípios e a Associação Nacional de Freguesias, essas sim, essas duas associações representam-me a mim, enquanto presidente de câmara, e os senhores presidentes de junta enquanto presidentes de junta.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Indicou que estaria agora aberto o período de intervenção do público e recordou que este período está limitado a 30 minutos. As pessoas que queiram intervir deverão inscrever-se de imediato por que não serão admitidas inscrições posteriores. Lembrou que o tempo será dividido equitativamente pelo número de pessoas inscritas. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Senhor João Sequeira Fróis Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos a toda a Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes, agradecendo a oportunidade desta temática dedicada à reorganização administrativa territorial autárquica do nosso concelho. -----

----- “ Quero, ao começar esta intervenção, prestar homenagem aos homens e mulheres que no 25 de abril de 1974 integraram as Comissões Administrativas das então 9 freguesias do nosso concelho, completando o mandato de 1974 a 1976. Incluir nesta homenagem os homens e mulheres que integraram as Comissões Instaladoras das 5 freguesias criadas e 4 no mandato de 1983-1985: Asseiceira, Malaqueijo, Ribeira de São João e São Sebastião e a de Assentiz no mandato de 1986-1989. -----

----- Dar testemunho do progresso que envolveu as 14 freguesias, desde as Comissões Administrativas, Comissões Instaladoras até às juntas de Freguesia eleitas democraticamente, é na minha opinião o dever de todo o Riomaioense. Estes homens e mulheres são credores da nossa admiração e do nosso agradecimento, enquanto cidadãos que tão bem serviram o nosso concelho. -----

----- Partindo do conceito do que está bem não se muda, a minha opinião é que se deveria manter as 14 freguesias do concelho de Rio Maior. -----

----- Mas a Troika, o Paradigma e a Lei, obrigam-nos a agrupar freguesias para na sua nem sempre esclarecida opinião haver ganhos de eficiência na administração das freguesias. -----

----- Vou dar pois a minha opinião, como modesto contributo para o estudo que as autoridades administrativas decerto irão fazer tendo em conta os sagrados direitos e interesses das populações do nosso concelho. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Assim dividi o concelho de Rio Maior em 5 agrupamentos de freguesias, eu chamo-lhe agrupamento de freguesias, tendo em conta o número de habitantes e as áreas de cada freguesia e respetivo agrupamento.-----

----- Então teríamos um primeiro agrupamento que incluía a Freguesia de Alcobertas e São Sebastião. Alcobertas (os números que estou a citar são tirados de uma publicação sobre os 308 concelhos e as freguesias com data de 2004, portanto os números teriam que se atualizados, mas é esses que eu tinha à minha disposição e é com estes que vou continuar), Alcobertas com 2000 habitantes, com uma área de 31,9 km<sup>2</sup>; São Sebastião com 564 habitantes, com 15,8 km<sup>2</sup>. O total de habitantes para este agrupamento 2564 para uma área de 47,7 km<sup>2</sup>. -----

----- O segundo agrupamento Outeiro da Cortiçada, Fráguas e Arruda dos Pisões. Outeiro da Cortiçada 829 habitantes, 14,5 km<sup>2</sup>; Fráguas 945 habitantes, 16,2 km<sup>2</sup>; Arruda dos Pisões 425 habitantes, 9,9 km<sup>2</sup>. O total de habitantes para este segundo agrupamento seria 2199 pessoas, 40,6 km<sup>2</sup>. -----

----- O terceiro seria São João da Ribeira, Ribeira de São João, Arrouquelas e Malaqueijo. São João da Ribeira 887 habitantes, 12,3 km<sup>2</sup>; Ribeira de São João 582 habitantes, 8,1 km<sup>2</sup>; Arrouquelas 608 habitantes, 27,8 km<sup>2</sup>; Malaqueijo 464 habitantes, 5,9 km<sup>2</sup>. Total 2541 habitantes para 54,1 km<sup>2</sup>. -----

----- O quarto agrupamento seria Azambujeira, Marmeleira, Assentiz. Azambujeira 528 habitantes, 8,8 km<sup>2</sup>; Marmeleira 411 habitantes, 7,7 km<sup>2</sup>; Assentiz 424 habitantes, 5,5 km<sup>2</sup>. 1363 habitantes para 22 km<sup>2</sup>. -----

----- Por último, o quinto agrupamento Rio Maior e Asseiceira. 11532 habitantes, 90 km<sup>2</sup> da freguesia de Rio Maior; Asseiceira 878 habitantes, 16,8 km<sup>2</sup>. Um total de 12410 habitantes para 106,8 km<sup>2</sup>. -----

----- Como disse, estes números de habitantes foram copiados da edição de 2004 da história das Freguesias e Concelho de Rio Maior, hoje possivelmente, no que se refere ao número de habitantes pode ser diferente. Este estudo, peço a alguém da câmara que venha buscar, entregarei à Câmara e à Assembleia Municipal (anexo 3). -----

----- Por último, estou confiante, como munícipe que a Assembleia Municipal, a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia e as Assembleias de Freguesia irão defender os interesses do nosso concelho em detrimento dos interesses partidários e quero deixar um slogan: Se não decidirmos cá, decidem eles lá.” -----

----- **Senhor João Narciso Verde da Costa**-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Apresentou cumprimentos a toda a Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- “Eu não tenho nada de facto para acrescentar a este excelente e extraordinário debate que hoje aqui ficou demonstrado. Quero, antes de referir que eu acredito, porque eu sou uma pessoa de fé, e como sou uma pessoa de fé eu acredito, ao contrário, muito embora concorde com a ponta final dita pelo último interveniente, temos que ser nós a fazer o trabalho e não os outros naturalmente. -----

----- O que eu queria dizer era o seguinte: é que de facto a intervenção última da senhora Presidente, Dr.<sup>a</sup> Isaura Morais, de certa forma, se esta sala hoje estivesse repleta dos fregueses das nossas freguesias, teríamos aqui todos a certeza de que de facto estávamos todos a trabalhar para decidirmos no concelho aquilo que de facto queremos para o nosso concelho. Isso ficou aqui pendente, ficou aqui bem presente portanto e eu registei isso com agrado. -----

----- Mas eu, como há um bocadinho atrás dizia que era um homem de fé, acredito que no dia 31 de março esta “contestação” que o nosso povo, de norte a sul do país, vai demonstrar na capital do nosso país, a todo o mundo que está global, digamos assim, que de facto o poder autárquico tem um poder enormíssimo, ou seja, as pessoas têm um poder indesmentível. Melhor dizendo, vai ficar demonstrado que independentemente de eles terem sido eleitos nas listas da CDU, do Partido Socialista, do PSD, do CDS, em grupos de independentes ou outros, vai ficar demonstrado, estou convicto eu, no dia 31 que a lei 44/XII vai ter que ter muitas alterações.” -----

----- **Senhor Francisco Vieira** -----

----- Apresentou cumprimentos a toda a Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- “Eu não era para falar, mas só dar aqui assim estas coisas da causa pública mexem com as pessoas.

----- Em primeiro lugar a minha tristeza com a dúzia de riomaiorenses que estão aqui assim no público, acho que é um tema extremamente importante para nós. -----

----- Eu também já estive aqui assim sentado, já fiz parte da assembleia municipal, e estas coisas mexem sempre um bocadinho connosco. -----

----- Agora eu penso que o bom senso e o senso comum que é uma coisa que tem andado muito arredada do espírito de quem em nós manda irá prevalecer e penso eu, e diz o senso comum, as freguesias não podem acabar. É tão simples como isso. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Irão mudar-lhe o nome talvez para paróquias e os presidentes de junta passam a ser os párocos talvez, ou outro nome qualquer que lhe queiram dar, não sei! As juntas de freguesia não poderão acabar. -----

----- Infelizmente estamos a ser levados pelo dinheiro, no caso da Troika, e de certeza que vão ser feitos os ajuntamentos de freguesia. Não duvido disso. Agora, isto porquê? Porque há aqui outra coisa que me leva até a me ter afastado um bocado destas discussões públicas, não se pode perceber que um país ande quase 40 anos a falar da reforma da administração pública e depois tenha que ser a Troika a vir mandar fazer essa mesma reforma, feita como eles querem, que não percebem nada disto nem sabem, nem têm a mínima ideia das realidades. -----

----- Mas atenção começou pelas freguesias, não se esqueça que a seguir vem os concelhos. Ainda ontem a ler um artigo um individuo dizia ter andado 40 km e atravessado 8 concelhos. O bom senso e o senso comum também diz que isto assim não pode ser, agora tem é que ser feita a reforma, esta mesma reforma tem que ser feita com pés e cabeça, que é para depois não aparecer outra e qualquer dia estamos aqui outra vez por causa dos concelhos, já havendo a reformulação dos concelhos.” ---

### ----- INTERVENÇÃO DA MESA -----

#### ----- Presidente da Assembleia Municipal -----

----- “ Antes de dar os trabalhos por encerrados gostaria de deixar algumas notas. A primeira é agradecer a todos a intervenção nesta assembleia temática, que foi a primeira no âmbito deste mandato. -----

----- Gostaria de dizer o seguinte: a minha opinião já é conhecida de alguns pessoalmente. Com outros tive a oportunidade de abordar este tema, por minha iniciativa, na sessão solene que aqui tivemos aquando das comemorações do centenário do concelho. E chamei à atenção de que de facto, na minha opinião, a extinção de freguesias urbanas não me repugna rigorosamente nada, relativamente à extinção de freguesias rurais tenho as maiores reservas. -----

----- Só que vou bastante mais longe: eu acho que pode fazer sentido extinguir algumas freguesias; pode fazer sentido extinguir alguns concelhos. Não me repugna também admitir que há necessidade de se fazer uma reestruturação, ou uma reforma ao nível do poder local. Aliás acho que deve ser feita, só que ela deve ser feita não a começar do telhado mas nas raízes. E portanto é pressuposto que nesta reforma estejam previamente definidas, de forma muito clara, questões tão simples como o quadro das competências dos órgãos autárquicos, que é prometido mas nós não



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

sabemos qual vai ser. E no âmbito desta lei há que assumir definitivamente que aquilo que é diferente não pode ser tratado como se fosse igual. Há freguesias diferentes, há municípios diferentes. O nível de competências que é atribuído à Câmara Municipal de Lisboa não pode ser igual ao nível de competências que é atribuído à Câmara Municipal de Rio Maior. E o mesmo se passa necessariamente com a Freguesia de Rio Maior e com a Freguesia de São Sebastião. Há que prever soluções diferentes para realidades diferentes. -----

----- Mas não basta isso. Temos que saber que finanças locais vamos ter e portanto é fundamental antes de avançar para a extinção de freguesias, para agregação de freguesias, chamem-lhe o que quiserem, ou de concelhos, saber com o que é que contamos. De facto isto é que é a raíz. -----

----- Mas temos mais. Temos mais. E a lei eleitoral? Que repercussões é que vai ter? Acho que é importante definirmos. É de boa-fé sabermos com o que é que contamos em termos eleitorais antes de avançar para uma reforma deste tipo. -----

----- Depois temos a reforma do setor público empresarial local. Esta reforma é igualmente fundamental. Mas eu digo-vos mais: acho que é necessário associar todas estas reformas numa só, e só aí estamos em condições de nos podermos pronunciar. E ao associarmos todas estas reformas numa só, há mais coisas que temos que associar. Temos que associar a reforma do sistema de saúde e a localização das unidades de prestação de cuidados de saúde, temos que associar a reforma do sistema de ensino e a redefinição do parque escolar, temos que associar a reforma do mapa judiciário e a redistribuição territorial dos tribunais. -----

----- Houvesse coragem tudo isto podia ser feito de uma vez. Não pode é ser feito em três meses, nem em quatro, nem em dois, nem num ano. Isto a mim parece-me que seria, havendo a coragem política que falta, um projeto que seria verdadeiramente um desígnio nacional. Permitiria uma reforma global de uma vez, num país que vem sendo sucessivamente adiado. -----

----- Toda a gente sabe que faço parte do PSD portanto estou claramente dentro do perímetro do poder dos que defendem estas coisas. Só que sempre pensei pela minha cabeça e isso nunca fez com que, ou nunca me impediu de dizer “o rei vai nu”. As coisas não prestam e não estou de acordo; por isso saí da política há 20 e tal anos, porque nessa altura isso não foi percebido. Se calhar agora também não vai ser. Mas é para o lado que durmo melhor. Definitivamente, esta reforma não presta. Não tenho outra palavra para ela. Isto é pura e exclusivamente mandar “areia para os olhos”,





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

porque os problemas estruturais em termos de reforma não se resolvem com isto. Rigorosamente nada. E o acordo com a Troika, como foi aqui salientado e muito bem, que foi assinado pelos três principais partidos não obriga necessariamente à extinção de freguesias. Também não é feliz; não é feliz a redacção; não é feliz a tradução; enfim, mas não obriga. E creio que a Troika ficaria bem mais satisfeita se nós lhe pudéssemos mostrar uma reforma integrada de todos estes setores do que reformas isoladas. -----

----- Permitam-me, a terminar, contar apenas uma história que nunca mais me esqueço. Muitos de vocês terão conhecimento eu vivi muitos anos em Lisboa. Como alguns saberão, vivia numa rua que era a Rua Conde de Almoester, rua paralela à Estrada de Benfica, e nessa altura, passava todos os dias na Estrada de Benfica. Vida de estudante, teso, ía apanhar o metro a Sete Rios, e portanto fazia aquele caminho para ir para a faculdade. E aquela rua esteve intransitável durante uma carrada de tempo, cheia de buracos, até que finalmente pavimentaram a rua e aquilo ficou uma maravilha. Para nossa surpresa, eu não quero mentir já lá vão muitos anos, 30 anos seguramente, um mês, dois meses depois a rua foi toda partida outra vez. O que é que foi, o que é que se passa? Não foi pensado, faltaram os esgotos e foram mais não sei quantos meses de buracos. Toda pavimentada outra vez. Duas ou três semanas depois foi, mais uma vez, toda partida, porque alguém não tinha pensado nas redes telefónicas. -----

----- Bom, eu não queria que esta reforma fosse a Estrada de Benfica das reformas administrativas. Mas para mim vai ser. Porque isto vai ser apressado e não está pensado. Depois há uma coisa que soberanamente, desculpem a expressão, me chateia nesta reforma, porque eu nunca, nunca, negoceio sobre chantagem. Nunca. E como a Dr.<sup>a</sup> Olga, e muito bem, referiu é colocada uma chantagem brutal sobre nós todos. -----

----- Se nós não decidirmos é como se não houvesse pronúncia da assembleia; se nós decidirmos contra, somos convidados eventualmente pela unidade técnica a reformular a nossa decisão, se não a reformularmos, castigo, não levas os 15% que estão previstos. Isto é pura chantagem. É não confiar em nós, e eu desta forma, eu pessoalmente, nunca aprovarei qualquer tipo de reforma. Convocarei a assembleia municipal que vier a ter que decidir sobre este tema. Antecipadamente vos digo, meus queridos amigos, se nada mudar aqui eu abster-me-ei ou votarei contra. Antecipadamente o digo. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Espero, tenho confiança, por algum motivo nunca me desfiliei do PSD e ouve muitos momentos em que estive contra as orientações do partido, espero que o meu partido, que os militantes do meu partido, porque tantas vezes conseguiram dar a volta, consigam desta vez, e também, dar a necessária volta a este problema. Mas este apelo faço senhor professor Moreira aos militantes de base do Partido Socialista. Os senhores não estão nada melhor, nem nunca estiveram. É bom que todos os cidadãos efetivamente tomem consciência de que isto vai ter um relevo fundamental nas suas vidas, particularmente em concelhos de cariz rural, ou ainda rural, como é o nosso. -----

----- A todos muitíssimo obrigado. Desejo-vos um bom fim-de-semana.” -----

### -----ENCERRAMENTO-----

----- Quando eram dezoito horas e trinta e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual será lavrada ata que vai ser apresentada na sessão seguinte para aprovação e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA** \_\_\_\_\_

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO:** \_\_\_\_\_

----- **O SEGUNDO SECRETÁRIO:** \_\_\_\_\_

<sup>(1)</sup> Constitui o anexo 2 à presente ata.